

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MORGANA MACHEA DUARTE

“ME ERGUEREI LÚCIDA, BRAMINDO CONTRA TUDO: BASTA!”:

A atuação de mulheres moçambicanas na luta armada de libertação nacional e seus reflexos
para o empoderamento feminino na sociedade atual.

Florianópolis, SC

2018

MORGANA MACHEA DUARTE

“ME ERGUEREI LÚCIDA, BRAMINDO CONTRA TUDO: BASTA!”:

A atuação de mulheres moçambicanas na luta armada de libertação nacional e seus reflexos para o empoderamento feminino na sociedade atual.

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karine da Silva Souza

Florianópolis, SC

2018

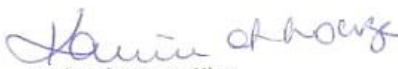


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA
Campus Prof. João David Ferreira Lima – CEP. 88040-900
Trindade – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil
Fone: (48) 3721.9458 - Fax (48) 3721.9776
E-mail cnm@contato.ufsc.br


ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA - Nº 026/2018.1

A Comissão Examinadora, nomeada pela Coordenadoria de Monografias, resolve atribuir ao (a) acadêmico (a) **Morgana Machea Duarte**, após a apresentação do trabalho intitulado, **“Me erguerei lúcida, bramindo contra tudo: basta!”: a atuação de mulheres moçambicanas na luta armada de libertação nacional e seus reflexos para o empoderamento feminino na sociedade atual.**” a nota dez, referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de Julho de 2018.


Karine de Souza Silva
Orientador (a)


Renata Guimarães Reynaldo
Membro


Mariana Schlickamann
Membro

Dedico este à minha mãe Vera e irmã Lígia.

AGRADECIMENTOS

À minha família maravilhosa, agradeço imensamente pelo amor e apoio constantes. As longas e muitas distâncias que nos separam não podem com a nossa união. Mãe, você é a única Deusa possível e sem a sua fé em mim, eu não estaria aqui. Todas as minhas conquistas são e serão sempre suas. Lígia, você é a irmã mais doce que eu poderia ter: o seu carinho e cuidado me enchem de felicidade e leveza. Christian, a decisão de te adotar como pai foi uma das melhores já tomada por essa família. Obrigada por fazer parte de nossas vidas. Agradeço aos três por terem me acompanhado nessa jornada!

À minha orientadora Karine de Souza Silva, toda a minha gratidão pela paciência e orientação no desenvolvimento deste trabalho. Foi na primeira aula de Estudos Africanos no segundo semestre de 2016 que a Professora me apresentou um mundo novo de possibilidades a partir da ótica das teorias Pós-coloniais e Decoloniais. Finalmente, posso dizer que encontrei meu lugar no campo de Relações Internacionais. Por ter me incentivado a pesquisar o tema, por me inspirar enquanto acadêmica e profissional, o meu muitíssimo obrigada!

Às amigas Cuiabanas, Amanda, Analu, Antônio, Nathalia, Léo Zardo, Léo Zílio e Olivia, agradeço o apoio virtual e a constante promessa de férias nas cachoeiras mato-grossenses. Em especial, agradeço à Nathalia pela parceria sem limites, pelas viagens passadas e futuras. Ao Antônio, obrigada pela afinidade em tantos assuntos e, conseqüentemente, pelas longas conversas. Vocês são sensacionais!

Aos Enrolados, Amanda, Bárbara, Diego, Heloísa, Iara, Karol, Matheus, Neto e Pedro, muita gratidão por essa amizade que completou cinco anos! A minha experiência na UFSC estará para sempre marcada pela presença de vocês e espero uma reunião logo. Ao Matheus, agradeço especialmente pelo apoio constante neste último semestre da graduação, você é fantástico e tenho muita sorte de te ter em minha vida.

Agradeço em particular pela amizade de Gabriel Dauer. Eu sinto saudades todos os dias e espero poder, em breve, voltar a ser sua vizinha de bairro.

Finalmente, agradeço à Emanuely, que acompanhou de perto as etapas iniciais dessa pesquisa e sempre teve uma palavra de encorajamento. Muito obrigada pelas longas conversas e pela parceria!

Agradeço a todos vocês!

RESUMO

O colonialismo português em África foi responsável pela morte e escravidão de milhões de indivíduos/os, e persistiu quase cinco séculos em Moçambique. O sistema patriarcal racista foi a principal ferramenta para dominar a população e, apesar disso, as mulheres resistiram e atuaram junto ao movimento de libertação nacional para a derrubada do colonialismo. Nesse sentido, o objetivo geral da presente monografia é investigar se o protagonismo das mulheres moçambicanas no processo de independência favoreceu o empoderamento e ativismo feminino na sociedade atual e na luta internacional pela igualdade de gênero. A pesquisa está pautada no âmbito dos estudos Pós-Coloniais e Decoloniais aplicados às Relações Internacionais. Os objetivos específicos correspondem aos três capítulos do trabalho e estão assim dispostos: o primeiro discorre sobre o protagonismo de mulheres no Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique. O segundo capítulo aborda o colonialismo português em África e suas consequências para a luta da mulher moçambicana. Por fim, o terceiro capítulo analisa os reflexos desse engajamento feminino na luta armada para a sociedade atual e contexto internacional. Conclui-se que a atuação de mulheres na luta armada teve impacto positivo em termos de empoderamento, mesmo que elas continuem a enfrentar desafios de um país em desenvolvimento que situa-se à margem do sistema patriarcal capitalista.

Palavras-chave: Mulheres; Gênero; Descolonização; Moçambique.

ABSTRACT

Portuguese colonialism in Africa was responsible for the murder and slavery of millions of individuals, and so persisted for almost five centuries in Mozambique. The patriarchal racist system was the main tool to master the population, and yet women resisted and acted alongside the national liberation movement for the overthrow of colonialism. In this sense, the main purpose of this work is to investigate whether the role of Mozambican women in the independence process favored women's empowerment and activism in today's society and in the international struggle for gender equality. The research is based on the Postcolonial and Decolonial studies applied to International Relations. The specific goals correspond to the three chapters of the work and are thus arranged: the first approaches the role of women in the Women's Detachment of the Mozambique Liberation Front. The second chapter consider Portuguese colonialism in Africa and its consequences for the struggle of Mozambican women. Finally, the third chapter analyzes the reflexes of this female engagement in the armed struggle for the current society and international context. This research concludes that the role of women in the armed struggle has had a positive impact in terms of empowerment, even if they continue to face challenges of a developing country that lies at the margin of the capitalist patriarchal system.

Keywords: Women; Gender; Decolonization; Mozambique.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMME	Associação Moçambicana Mulher e Educação
CNAM	Conselho Nacional para o Avanço da Mulher
CPAM	Conselho Provincial para o Avanço da Mulher
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DF	Destacamento Feminino
EGFP	Estratégia de Género na Função Pública
EUA	Estados Unidos da América
FAWE	Forum of African Women Educationalists
FM	Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GEPR	Gabinete da Esposa do Presidente da República
IDG	Índice de Desigualdade de Género
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LALN	Luta Armada de Libertação Nacional
LIFEMO	Liga Feminina de Moçambique
MANU	Mozambique African National Union
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MULEIDE	Mulher Lei e Desenvolvimento
NESAM	Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
NORAD	Agência Governamental Norueguesa para o Desenvolvimento
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistencia Nacional Moçambicana
RI	Relações Internacionais
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UGC	União Geral das Cooperativas Agropecuárias
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
UNITA	União Nacional pela Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O PROTAGONISMO DE MULHERES MOÇAMBICANAS NA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE	14
2.1. OS RITUAIS TRADICIONAIS NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA E O LUGAR DA MULHER	14
2.2. O DESTACAMENTO FEMININO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	20
2.3. OS DESTACAMENTOS FEMININOS EM ANGOLA, GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	25
3. O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ÁFRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A LUTA DA MULHER MOÇAMBICANA	29
3.1. O COLONIALISMO PORTUGUÊS E A DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO CENÁRIO INTERNACIONAL	29
3.2. A COLONIALIDADE DO SER E DO PODER NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA	36
3.3. O FEMINISMO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	40
4. OS REFLEXOS DA ATUAÇÃO FEMININA NA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA ATUAL.....	43
4.1. UM PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MULHER MOÇAMBICANA	43
4.2. OS SIGNIFICADOS DA LUTA ARMADA PARA A EXPANSÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA	50
4.3. ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS FEMINISTAS QUE SURGEM NO PÓS-INDEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS QUE ENCONTRAM.....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXO A.....	67

1. INTRODUÇÃO

A moçambicana Noémia de Sousa¹ é considerada a poetisa da revolução ao denunciar em sua obra de forma corajosa as atrocidades da colonização e convocar suas irmãs e irmãos para a luta. Os poemas eram publicados pela imprensa moçambicana de maneira dispersa. Somente ao final de sua vida ela decide publicar o livro “Sangue Negro”, onde encontra-se o verso poema que serviu de inspiração para o título deste trabalho: “Me erguerei lúcida, bramindo contra tudo: Basta! Basta! Basta!”².

O tema da presente monografia é a atuação da mulher moçambicana no processo de independência de seu país, através do Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique. Ao contrário do que supõe o discurso europeu sobre África e mulheres africanas, desde o início houve resistência dos grupos que ali viviam para proteger-se e expulsar o invasor. Com o surgimento dos movimentos de libertação por todo o continente africano nos anos 1960, as mulheres moçambicanas foram agentes indispensáveis para a organização e mobilização da população em prol da causa da independência.

Os efeitos da colonização europeia em África foram brutais e reverberam ainda hoje em suas sociedades. O direito básico de produzir e vivenciar a própria cultura, de existir enquanto ser humano, foi negado às/aos habitantes do território que hoje entende-se por Moçambique, assim como o direito de autogovernar-se e determinar o seu futuro como nação, previsto na Carta das Nações Unidas. O colonizador português expropriou os bens e terras do povo moçambicano e impôs violentamente, no início do século XX, o sistema europeu de pensamento e de organização social, política, econômica e cultural, de caráter notadamente patriarcal e racista.

Atualmente em África, faz-se um esforço legítimo para reviver essas resistências, tanto no meio acadêmico quanto militante, tendo como objetivo (re)escrever a história das mulheres como indivíduos protagonistas na construção da nação e identidades moçambicanas. A escolha do tema deve-se à marginalização no campo das Relações Internacionais das perspectivas africanas e dos estudos feministas e de gênero. Por isso a necessidade de dialogar com essas vozes revolucionárias para entender as questões de gênero a partir da sociedade moçambicana.

¹ Carolina Noémia Abranches de Sousa Soares nasceu em Maputo no ano de 1926 e faleceu em 2002, em Portugal.

² SOUSA, Noémia de. **Sangue negro**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2ª ed., 2001, 174p.

Entende-se que a descolonização da sociedade é uma tarefa que não pode restringir-se à esfera intelectual. O exercício deve estar presente na prática política cotidiana, afinal o empoderamento das mulheres reflete o bem-estar geral dentro do corpo social, em especial quando se trata de uma revolução socialista que teria a emancipação das mulheres como fator essencial para seu êxito. Afinal, uma sociedade que conquistou sua independência pela revolução socialista, pode ainda subjugar as mesmas mulheres que contribuíram para a vitória contra o colonizador.

As integrantes do Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique são vistas pela sociedade como heroínas da nação e estão presentes na memória coletiva, mesmo que ainda invisibilizadas pelo discurso histórico, que prioriza a narrativa com foco no sujeito masculino. Ainda assim, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) manifesta-se a favor da igualdade de gênero e promove políticas públicas a favor da causa. Em 2017, a porcentagem de mulheres no parlamento foi de 39,6%, classificando Moçambique em 13º na posição mundial.

Diante disso, a presente monografia busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: a atuação de mulheres na luta armada favoreceu o empoderamento e ativismo feminino na sociedade atual e na luta internacional pela igualdade de gênero? Com a intenção de conduzir o estudo a fim de responder este questionamento, parte-se da hipótese de que mulher moçambicana possui agência para transformar a sua realidade e contexto, tanto no período da descolonização quanto nos dias de hoje. Ou seja, que a mulher moçambicana possui autonomia intelectual e capacidades materiais para conduzir a revolução paralelamente à luta pela igualdade de gênero.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é investigar se o protagonismo das mulheres moçambicanas no processo de independência favoreceu o empoderamento e ativismo feminino na sociedade atual e na luta internacional pela igualdade de gênero. Para a concretização do objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos que são apresentados de acordo com a ordem dos capítulos desta monografia.

O primeiro capítulo discorre sobre aspectos tradicionais da sociedade em relação às questões de gênero, o protagonismo de mulheres no Destacamento Feminino da Frente de Libertação de Moçambique e faz uma breve apresentação dos Destacamentos Femininos de outros países africanos colonizados por Portugal. O segundo capítulo aborda o colonialismo português em África e suas consequências para a luta da mulher moçambicana, assim como as três esferas da colonialidade, além do tema da agência de mulheres africanas nas Relações Internacionais. Por fim, o terceiro capítulo analisa os reflexos desse engajamento feminino na

luta armada para a sociedade atual e contexto internacional, através de um perfil socioeconômico do gênero em Moçambique e descrição dos principais movimentos e organizações de mulheres nos dias de hoje.

A pesquisa está pautada no âmbito dos estudos Pós-Coloniais e Decoloniais aplicados às Relações Internacionais. A metodologia adotada baseia-se no estudo de caso a partir da bibliografia sobre a atuação de mulheres moçambicanas na luta armada existente. Para desenvolver os conceitos e seguir com a proposta de diálogo junto às perspectivas pós e decoloniais, serão utilizadas fontes secundárias como livros, textos e artigos de caráter científico, priorizando as epistemologias do Sul e contra-hegemônica. Além disso, serão utilizadas fontes primárias como discursos, relatos diretos, artigos de jornal, entrevistas, conjunto de dados e índices.

Em princípio, a bibliografia usada para apresentar o Destacamento Feminino e os desdobramentos da atuação da mulher na luta armada centralizou-se no livro *Paz na Terra, Guerra em Casa*, de Isabel Casimiro. As discussões a respeito do colonialismo convergiram-se nos estudos de Frantz Fanon, com sua obra *Os Condenados da Terra*, além do ensaio *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire. Para o tratamento das dimensões da colonialidade (compreendida no grupo modernidade/colonialidade) e a abordagem sobre os feminismos negros e pós/decoloniais, deu-se prioridade às obras de mulheres subalternizadas e em posições subalternas, tanto do Sul quanto do Norte. Finalmente, convém ressaltar que por conta da dificuldade de levantamento bibliográfico e de dados relativos ao país acerca de alguns temas, alguns tópicos poderão adquirir um caráter descritivo.

É relevante sublinhar o contexto e lugar de fala de elaboração deste trabalho, realizado a partir da universidade pública por uma estudante da classe média branca brasileira. O Brasil é também uma sociedade patriarcal e racista, uma vez colonizada por portugueses, porém distante da verdadeira realidade da mulher moçambicana e da possibilidade de entrevistas presenciais com as agentes. Por essa razão, o estudo sobre os acontecimentos da Luta Armada de Libertação Nacional e da sociedade atual será realizado desde as experiências de mulheres moçambicanas, por meio da análise de relatos das ex-combatentes e entrevistas encontradas em portais de notícias online.

Para a elaboração desta monografia foram utilizadas obras redigidas em línguas estrangeiras, cujas traduções de caráter não oficial, são de responsabilidade da autora deste texto.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa foi realizada no âmbito do Eirenè – Centro de Pesquisas e Práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao

Direito Internacional, o qual faz parte do curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

2. O PROTAGONISMO DE MULHERES MOÇAMBICANAS NA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE

A narrativa a respeito de mulheres africanas é carregada de generalizações e, da mesma maneira que África, são representadas pela literatura ocidental como pessoas passivas, ignorantes e que vivem necessariamente em situação de miséria. A aproximação de África à representação da feminilidade reforça a ideia de que as indivíduos são influenciadas, jamais influenciadoras. Quando inseridas no contexto do período colonial, são tratadas como vítimas da violência sexual, do tráfico humano ou simplesmente como propriedade do homem³. Porém, ao longo das últimas décadas, fez-se um esforço para romper com essa imagem da mulher colonizada, tanto na esfera militante quanto acadêmica.

O presente capítulo tem como objetivo abordar o protagonismo de mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) em Moçambique, para investigar se esse engajamento, inserido no contexto internacional da época, favoreceu o empoderamento feminino na sociedade moçambicana atual. Desse modo, será feita uma discussão sobre a mulher na sociedade moçambicana a partir dos rituais tradicionais de iniciação à vida adulta e de casamento. Em seguida, apresentar-se-á a formação do Destacamento Feminino (DF) da FRELIMO, assim como o treinamento militar de suas integrantes e, por meio de relatos e memórias, as percepções da interação com os colegas homens da Frente. Por fim, tratar-se-á brevemente sobre os Destacamentos Femininos de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau em suas semelhanças e diferenças.

2.1. OS RITUAIS TRADICIONAIS NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA E O LUGAR DA MULHER

A sociedade moçambicana manifesta um complexo sistema sociocultural e o esforço para compreendê-la é necessário, especialmente ao considerar-se a categoria de gênero longe das tendências universalizantes. Ou seja, não é possível pensar a categoria mulher em Moçambique somente a partir da ótica ocidental, mas sim como indivíduo agente e fruto de

³ RODRIGUES, Eugenia. Rainhas, princesas e donas: formas de poder político das mulheres na África Oriental nos séculos XVI a XVIII. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 49, e174902, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2018, p. 3.

seu meio. A tentativa de entender o lugar da mulher em sua sociedade plural resultou na escolha de discutir-se as práticas tradicionais em oposição ao que considera-se moderno/modernizante. Os rituais de iniciação à vida adulta e o ritual de casamento (lobolo) que serão discutidos neste tópico estão ambos presentes ao longo do território moçambicano, mesmo que em diversidade e níveis de manifestação, de acordo com as diferenças étnicas e/ou geográficas de cada grupo.

O processo de colonização apoiou-se no mecanismo de desorganização social do povo colonizado. Antes da invasão portuguesa, por exemplo, o princípio da matrilinearidade⁴ estava presente em diversos grupos no norte de Moçambique, o que significava que a mulher era parte notável da vida política da coletividade. Este exemplo não permite sugerir a ausência do machismo na sociedade, afinal a mulher nunca chega a ser líder principal. Porém, a reorganização do “mapa étnico” permitiu aos colonizadores a redistribuição do poder para os filhos homens e para líderes de outros grupos, perturbando a ordem social ali existente⁵ e excluindo definitivamente as mulheres dos assuntos públicos.

Ainda hoje, ao norte de Moçambique (ver figura 1), as mulheres da nação Macua⁶ conservam reputação nacional de serem orgulhosas e defenderem seus direitos, especialmente no que toca à questão da poligamia⁷. O povo Macua segue o princípio da matrilinearidade e as mulheres sustentam um discurso de liberdade sexual e autoconhecimento, passado de geração a geração por meio dos rituais de iniciação à vida adulta. Porém, mesmo tendo algum poder de decisão na família, permanecem sobrecarregadas na coletividade pelas limitações do papel atribuído à sua condição de mulheres numa sociedade patriarcal, de influência islâmica seguida da colonização portuguesa⁸.

FIGURA 1: Mapa Político de Moçambique

⁴ Sistema de organização social em que somente a ascendência materna é levada em conta. Por exemplo: após o casamento é o marido quem integra-se à família da esposa, ao contrário do sistema cristão-ocidental.

⁵ CABAÇO, José Luíz de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 99.

⁶ A nação Macua corresponde ao maior grupo étnico de Moçambique, desdobrada em vários grupos hierarquizados, diversificação que se intensificou com o tráfico humano. Mesmo assim, há forte identidade à matriz comum. Ver mais em: CABAÇO, 2007, p. 396.

⁷ COMO a história de africanas instiga a repensar o papel da mulher na sociedade. 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/03/04/como-a-historia-de-africanas-instiga-a-repensar-o-papel-da-mulher-na-sociedade/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

⁸ CABAÇO, 2007, p. 396.



Fonte: Seção Cartográfica do Departamento de Suporte de Campo, ONU, 2016.

Existe uma certa imagem de que as mulheres macuas são, portanto, autônomas e livres enquanto as do sul do país seriam conservadoras e submissas. Ali, a prática do lobolo é comum, e o costume ancestral consiste basicamente na “cerimônia de casamento entendida como “tradicional” no sul de Moçambique, na qual a família do noivo oferece bens para a

família da noiva em troca do casamento”⁹. Eventualmente o costume adaptou-se à vida moderna da sociedade moçambicana e, às vezes, pode ser realizado após a união do casal ou mesmo quando a mulher está grávida. Vale ressaltar que o ritual do lobolo significa sobretudo levar em consideração os antepassados que sentirão falta da filha da família, para além da “compra” da noiva¹⁰.

Em grande parte da zona rural encontram-se também os rituais de iniciação, tanto para meninas quanto para meninos. A prática pode variar entre as regiões e grupos, representando de modo geral a passagem da infância para a vida adulta. Os meninos são postos à prova no sentido em que devem demonstrar coragem e independência, podendo passar longos períodos de isolamento na floresta. Observa-se, desde já, uma diferenciação no tratamento entre os dois gêneros, pois se espera do menino a performance do que é atribuído ao gênero masculino: força, independência, virilidade. Além disso, a circuncisão é um procedimento comum e muitas vezes precário em segurança por conta da falta de esterilização.

Por outro lado, as meninas são confinadas a partir da primeira menstruação junto às mulheres mais velhas da comunidade (podendo ou não ser da mesma família). Elas aprendem técnicas de agricultura e subsistência para manter sua família bem alimentada, mas principalmente maneiras de portar-se e *servir* o futuro marido, inclusive em termos de práticas sexuais¹¹. Inclusive o preço do lobolo pode ser calculado em função da qualidade da formação da criança. As duas grandes questões relacionadas aos rituais de iniciação são os níveis de abandono da escolaridade, o casamento forçado de menores e a gravidez precoce. Afinal, a menina pode menstruar a partir dos nove anos de idade e ser obrigada a deixar a escola para casar-se e submeter-se ao homem.

Os rituais tradicionais como os de iniciação à vida adulta e a prática do lobolo foram fortemente desencorajados pela FRELIMO no período pós-independência, pois não estariam de acordo com o projeto de “novo homem” do partido de ideologia socialista. A dicotomia

⁹ FURQUIM, Fabiane Miriam. A permanência do lobolo e a organização social no Sul de Moçambique. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 25, p.5-15, jul. 2016, p. 6.

¹⁰ Para os grupos que praticam o lobolo, as relações entre os vivos e os mortos têm importância central em relação à saúde e felicidade do casal e da família. É necessário entender que a prática não trata somente do indivíduo, mas do coletivo. Sem dúvida, a questão da submissão da mulher nesse contexto e possível atraso na melhoria de sua condição pela mercantilização de seu corpo devem ser problematizados, mas não de modo a simplificar uma cerimônia na qual a lógica e significativos não correspondem ao conjunto de normas da cultura ocidental-cristã, e que se transformou ao longo dos anos. Ver mais em: FURQUIM, 2016, p. 12-14.

¹¹ CÉSAR, Nilza A. T. et al. Investigando o impacto dos ritos de iniciação no acesso à educação e formação de crianças e adolescentes: o caso da Alta Zambézia. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, Maputo, v. 1, p.48-62, 2014, p. 50-52.

entre o tradicional e o moderno reforçada pela colonização, por fim, reflete a oposição entre a cultura local e o universal. Sobre esta questão, Conceição Osório¹² discorre:

As instituições culturais organizam os lugares e os papéis e as funções sociais que cada um deve ocupar na sociedade. Nesse sentido, a cultura é determinante para a construção das identidades sociais. [...] Isso significa, em primeiro lugar, que os direitos culturais devem ser respeitados e protegidos, e, em segundo lugar, devem ser vistos em articulação com os direitos universais que são uma conquista de toda a humanidade. Todos os direitos culturais que contenham em si discriminação subordinam-se aos direitos que consagram a igualdade entre todas as pessoas.

Para Osório, entende-se por culturas “representações e práticas que orientam os comportamentos e saberes das pessoas e as identificam com um grupo ou lugar”¹³. Além disso, ela rejeita a ideia de cultura como sendo homogênea e imóvel. A respeito dos ritos, a autora ainda comenta:

A divisão sexual de trabalho é uma componente que se inicia nos primeiros anos da criança (carregar água, tratar das mais pequenas) e que os ritos reforçam, delimitando bem o papel do homem e da mulher. [...] Podemos, pois, afirmar, que a divisão sexual do trabalho estrutura em primeira mão as identidades de gênero, devendo os ritos serem entendidos como uma instituição onde as várias aprendizagens se transversalizam e combinam para a construção da identidade feminina e masculina.

Convém destacar que em algumas dessas sociedades consideradas tradicionais em Moçambique “a mulher teve uma autonomia considerável nas áreas de cultivo, comércio, mercados e ritos de passagem femininos”¹⁴. A existência desses espaços femininos permitia o estabelecimento de regras e normas formuladas por mulheres, para elas próprias e também para a comunidade, que por vezes puderam transformar-se em revoltas contra o poder colonial. No entanto, as práticas coloniais e as tradicionais tendiam a cultivar o *status quo* acerca das questões de gênero, numa dinâmica que se retroalimenta até os dias atuais. A representação da mulher oscila, então, entre a vítima submissa ao homem e a romantização pelo matriarcado e/ou mulheres poderosas (rainhas, por exemplo, imagem que não é acessível à realidade da mulher do campo/urbana)¹⁵.

Um exemplo de mulher empoderada e representante do feminismo negro moçambicano é Paulina Chiziane, escritora e ex-integrante da FRELIMO. Em seus romances ela critica as tradições moçambicanas que colocam a mulher em posição inferior em relação

¹² OSÓRIO, Conceição. **Os ritos de iniciação: identidades femininas e masculinas e estruturas de poder**. 2015. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/artigo/ritos/>>. Acesso em: 05 abr. 2018, omissão nossa.

¹³ OSÓRIO, 2015.

¹⁴ CASIMIRO, 1999, p. 222.

¹⁵ CASIMIRO, 1999, p. 152.

ao homem, como a poligamia e os rituais de iniciação. Em entrevista para o jornal O Povo¹⁶ sobre a recepção de suas obras por leitores em Moçambique, ela revela:

A primeira reação para comigo foi muito má. Porque ninguém acreditava que uma mulher pudesse escrever. Ou melhor, sabiam que uma mulher tinha capacidade para escrever, mas estavam à espera que eu escrevesse aquelas coisas bonitas, todas cor-de-rosa. Idealizações. Falar de amor, falar de criança. Então quando eu apareci, de uma forma ousada, houve muita resistência para receber o meu trabalho.

A autora revela que não só o fato de escrever romances, mas ousar questionar assuntos presentes na cultura tradicional do povo moçambicano, é que perturbou o *status quo* de sua sociedade. Na mesma entrevista, ao ser questionada sobre a sua identidade enquanto escritora feminista, Chiziane aponta:

Não me sinto nem feminista nem coisa nenhuma. Eu me sinto uma guerreira. O que eu faço é guerra. A partir do momento em que eu comecei a colocar determinados temas e pontos de vista em debate eu comecei a mostrar que as mulheres também se levantam. Mostrei que há muita mulher com muita capacidade, que são muito boas no que fazem, mas que tinham medo de escrever. E eu mostrei que escrever era possível. Então foi assim que eu comecei a fazer minha guerra. Começou-se a ver que há um grupo de pessoas silenciadas. E que essas pessoas podem se levantar e falar.

Ou seja, a negação de associação ao feminismo pela escritora é também uma negação de cunho epistemológico, afinal seu feminismo não é o mesmo feminismo branco que pensa a mulher como uma categoria universal¹⁷. A crítica à epistemologia nortecêntrica será discutida no próximo capítulo, mas cabe desde já destacar a importância do lugar de fala e representatividade em que, segundo Figueiredo e Gomes, “as mulheres negras, etnicamente diferenciadas e racializadas, elaboram um novo tipo de feminismo a partir de suas relações com ações coletivas dos seus grupos de pertença na reivindicação dos próprios direitos”¹⁸.

Desse modo, observa-se que a mulher moçambicana contraria as características que lhe foram designadas (de total submissão e passividade). Afinal ela possui capacidade de mobilização e subversão para uma reinterpretação dos costumes tradicionais, ainda que encontre-se na sociedade diversas questões não resolvidas sobre a desigualdade de gênero. Dessa forma, na próxima seção deste capítulo apresentar-se-á a atuação das mulheres na LALN, e principalmente através de depoimentos de combatentes será feita uma reflexão dessas experiências para o empoderamento feminino.

¹⁶ SOLON, Marina. **Entrevista com a escritora moçambicana Paulina Chiziane**. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2017/04/entrevista-com-a-escritora-mocambicana-paulina-chiziane.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

¹⁷ MONTEIRO, Eurídice Furtado. Crioulidade, colonialidade e gênero: as representações de Cabo Verde. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.983-996, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p983>.

¹⁸ FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.909-927, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>.

2.2. O DESTACAMENTO FEMININO DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Após a fundação da FRELIMO em 1962, as mulheres moçambicanas refugiadas na Tanzânia tomaram iniciativa de mobilizar-se em favor da causa da libertação nacional com a formação da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), e sua primeira Presidente foi Selina Simango¹⁹. Esta organização, composta acima de tudo por mulheres moçambicanas refugiadas que viviam na cidade, contribuiu para a propaganda e mobilização pela causa da independência nos bairros onde residiam moçambicanas/os, com a cooperação de mulheres tanzanianas através do Clube de Mulheres.

A LIFEMO estava estreitamente ligada à FRELIMO e vale ressaltar que o esposo de Selina era Urias Simango²⁰, então vice-Presidente de Eduardo Mondlane. Verifica-se que o discurso da Liga estava alinhado ao da Frente, possibilitando uma ação coordenada. Porém, a distribuição do poder entre as classes urbanas/privilegiadas alimentaria uma tradição que, segundo Isabel Casimiro²¹, resultaria em grande dificuldade de articulação por parte das integrantes da LIFEMO junto às camponesas que habitavam as zonas libertadas. O pouco diálogo com as mulheres de outros costumes foi um dos fatores a impedir que todas as necessidades do movimento fossem contempladas pela Liga, que perdeu força quando iniciou-se a luta armada em 1964.

O papel da mulher na luta de libertação reproduzia a lógica da divisão sexual do trabalho, com frequência sobrecarregando as mulheres. Além de cumprir o dever no âmbito privado cuidando da família e do lar, eram responsáveis por alimentar os combatentes e ocuparem-se da agricultura. O perfil das integrantes da FRELIMO era plural, sendo que muitas estavam ali acompanhando a família que se deslocara para as zonas libertadas. Ainda assim é correto destacar que a ideologia socialista do movimento de libertação atraiu mulheres que enxergaram ali um espaço para lutar contra as forças coloniais racistas²².

¹⁹ Selina Simango chegou a realizar uma viagem à China, para entender como as mulheres participaram ao lado dos homens na revolução, a convite da Federação de Mulheres Chinesas. Ver: MENESES, Maria Paula. **Selina Simango**: Primeira Presidente da Liga Feminina de Moçambique. Coimbra: Universidade de Coimbra, [2016].

²⁰ Selina e seu esposo Urias seriam mais tarde expulsos e perseguidos pela FRELIMO, acusados de envolvimento no assassinato de Eduardo Mondlane em 1969. As suspeitas nunca foram comprovadas. Ver: [s.l.]. **Assassinato de Eduardo Mondlane**. Disponível em: <<http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/Fundacao-da-FRELIMO/Assassinato-de-Eduardo-Mondlane>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

²¹ Isabel Casimiro é socióloga e ativista nascida em Moçambique em 1955. CASIMIRO, 1999, p. 228.

²² CASIMIRO, 1999, p. 228.

Nesse contexto, o Destacamento Feminino (DF) surgiu a partir da demanda de mulheres que responsabilizaram-se pela defesa e conscientização das populações nestas mesmas zonas libertadas e nas que ainda eram controladas pelos portugueses. Em 1965 reclamaram treinamento militar junto aos líderes da Frente, e em 1967 as mulheres (maioria analfabeta) começaram o treino político-militar no campo de Nachingwea, na Tanzânia²³. Há controvérsias sobre a posição da FRELIMO, pois a informação oficial indica que a concepção do DF partiu da Frente, reforçando a ideia de que a emancipação da mulher moçambicana teria sido ofertada ao invés de conquistada, como afirma em entrevista Janet Mondlane²⁴.

Talvez a figura mais emblemática da presença feminina na LALN, Josina Machel²⁵ é símbolo poderoso na sociedade moçambicana do engajamento na causa da independência e direitos das mulheres. Ela liderou o primeiro grupo do DF e ao longo dos anos participou de diversas “obras de caráter social, ligadas à mulher e às crianças”, para além da luta armada, e em 1969 torna-se chefe do Departamento de Assuntos Sociais da FRELIMO²⁶. O aniversário de sua morte (7 de abril) foi instituído como o Dia da Mulher Moçambicana.

Outra também conhecida protagonista da LALN fundadora do DF, hoje Oficial Superior na reserva nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Marina Pachinuapa compartilha sua experiência sobre o início da luta:

Foi uma guerra muito difícil. Alguns homens nunca aceitaram a nossa presença e participação na luta. Algumas mulheres diziam que nós, as meninas que decidimos lutar pela libertação da pátria, éramos aventureiras e de conduta duvidosa. Mulheres de má vida. Porém, nós sabíamos qual o rumo que pretendíamos e quais eram os nossos objetivos. Em 1967, um primeiro grupo de 25 meninas saiu para Tanzânia. Permaneceu na fronteira mais de duas semanas, porque em Nachingwea, alguns homens incutiam a Samora Machel a ideia de que a guerra não devia ser feita por mulheres. Que a mulher nas fileiras do Exército criaria problemas e que dificilmente a luta chegaria ao fim. Mas nós sabíamos que íamos a Nachingwea para sermos preparadas do ponto de vista técnico-militar para melhor podermos participar e de forma activa na luta armada de libertação nacional.

O apoio aberto de Samora Machel à causa da igualdade de gênero foi fundamental para a legitimação da presença de mulheres na luta armada. Os discursos do primeiro presidente de Moçambique, assim como a defesa da questão no âmbito do partido e apoio às integrantes, destacam a importância dada para a emancipação da mulher²⁷. Como

²³ MACIE, 2012.

²⁴ Janet Mondlane nasceu em 1935, em Illinois (EUA). Casou-se com Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO, assassinado em 1969 e sucedido por Samora Machel.

²⁵ Josina Machel nasceu em 1945, em Inhambane, e faleceu em 1971 na Tanzânia, sem poder testemunhar a independência de Moçambique. Samora Machel foi seu marido e primeiro presidente da nação livre.

²⁶ SOUSA, Glória. Josina Machel: A combatente pela liberdade de Moçambique. 2018. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/2uW9v>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

²⁷ CASIMIRO, Isabel Maria. **Repensando as relações entre mulher e homem nos tempos de Samora**. 2001. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2017/08/SAMORA-e-o-Género-II-2001.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

consequência, a FRELIMO pode ser vista como uma das únicas frentes de libertação em África em que a emancipação da mulher foi vista como necessária para a fundação da nova nação, mesmo que não houvesse consenso sobre o tema entre os líderes do partido.

A participação da mulher na LALN foi instrumentalizada e romantizada pelo movimento de libertação e, mais tarde, pelo partido no pós-independência. Mesmo que com o apoio teórico de Eduardo Mondlane e Samora Machel, a prática no seio da organização raramente condizia com os discursos dos líderes, e a imagem do feminino como o “sexo frágil”, emocional e instável, permanecia no imaginário de seus integrantes. A questão latente é saber se a Frente acreditava e defendia de fato a igualdade de gênero ou tratava-se somente de uma estratégia de recrutamento, argumento que foi usado para convencer líderes reticentes. Por exemplo, Eduardo Mondlane defendia que “a libertação da mulher é, em primeiro lugar, tarefa da própria mulher”²⁸. Ou seja, por essa ótica, as demandas por transformação social devem partir das mulheres e não são responsabilidade única da FRELIMO²⁹.

A fundação do Destacamento Feminino significou, pela primeira vez, a possibilidade de atuação das mulheres num “lugar sagrado, reservado ao homem”³⁰, afinal a guerra é uma atividade exclusivamente masculina de acordo com a tradição do sistema patriarcal. As mulheres conquistaram um espaço de aprendizado político, construindo diretamente o movimento que possuía um projeto de nação. O protagonismo da mulher moçambicana na luta armada, é claro, não significou a extinção total da desigualdade de gênero, mesmo que o discurso da FRELIMO possa tratar o problema como solucionado no pós-independência.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, por exemplo, verifica-se que as questões sociais (sempre associadas à esfera do feminino) de extrema importância para a causa da libertação ficavam também ao encargo das mulheres. Tal questão pode-se notar na afirmação de Geraldina Mwit³¹, ex-combatente do DF:

Para além do combate, a mulher mobilizava a população. A mulher estava à frente do ensino, a mulher estava na saúde, a mulher estava ao cuidado das crianças órfãs, ao cuidado das crianças [cujos] pais estavam na frente da luta de libertação nacional.

Além do mais, a estrutura nos campos de treinamento conservava a autoridade dos homens sobre as mulheres. Os chefes tradicionais determinavam os tipos de trabalhos que seriam realizados pelas guerrilheiras e, por vezes, disponibilizavam seus corpos para

²⁸ CASIMIRO, 2001, p. 2.

²⁹ Após a Independência conquistada em 1975, a FRELIMO adota a orientação ideológica marxista-leninista e torna-se Partido Frelimo.

³⁰ CASIMIRO, 1999, p. 229.

³¹ BARROSO, Marta. “Não foi só o homem que libertou Moçambique”, diz Geraldina Mwit. 2015. Disponível em: < <http://p.dw.com/p/1BdWh>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

satisfação sexual dos guerrilheiros homens³². As mulheres que fizessem parte do DF não podiam casar-se, o que dificultava o recrutamento já que os pais não queriam abrir mão do lobolo e da autoridade parental, associando as combatentes à fama de “mulheres de má vida”, afirma Pachinuapa.

As integrantes, no entanto, tinham liberdade de fala e de opinião dentro do movimento, e muitas manifestavam-se diante das contradições entre o discurso e a prática³³. Após muitas dela terem vivenciado os rituais de iniciação, aprenderam a ser passivas diante da figura masculina. Em casa, algumas eram mesmo proibidas de falar na presença de homens ou de dirigir-se a eles. O principal impacto da atuação no DF para as moçambicanas está justamente neste espaço de fala para manifestar a inconformidade diante das injustiças, sentimento que as acompanha muito antes da luta armada começar devido ao colonialismo e patriarcado africano, mas que ali pôde expressar-se. Acerca deste ponto, quando questionada sobre suas motivações para integrar o DF, a combatente Beatriz Miguel declara³⁴:

Víamos que estávamos a sofrer e sentimos que podíamos contribuir porque o papel da mulher não é só cozinhar e cuidar do lar. Queríamos que tivéssemos os mesmos direitos que os homens, porque as mulheres também são capazes.

A respeito do treino militar, sabe-se que não havia diferença na orientação das atividades para mulheres e homens, a não ser em termos de hierarquia, como esclarece Geraldina Mwitú: “Havia pelotões das meninas e pelotões dos homens. Mas quem dirigia os treinos eram os homens acompanhados das mulheres que eram instrutoras”³⁵. Sobre o treinamento, a antiga combatente Linda Beca explica: “Tínhamos seis meses de treino militar. Quando fui indicada para ser instrutora ensinava quer homens quer mulheres e todos obedeciam-me e respeitavam. Eram ordens a cumprir”. Este aprendizado político resultou em reações como a descrita por Casimiro³⁶:

Em 1968, numa reunião popular, no interior do Norte de Moçambique, uma guerrilheira perguntava ao então Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, porque não podiam as mulheres ser comandantes, quando reunissem as mesmas condições que os homens. Mondlane respondeu, sem justificações, que essa questão nunca havia sido colocada pela direção do movimento, mas que estava nas mãos das mulheres exigir os avanços, as transformações necessárias. Assegurou que o assunto seria discutido e considerado a partir daquele momento.

Com o intuito de promover a emancipação da mulher moçambicana em todo o território nacional e reproduzir a experiência da luta armada, em 1973 fundou-se a Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Nas palavras de Samora Machel, a

³² CASIMIRO, 1999, p. 229.

³³ CASIMIRO, 1999, p. 230.

³⁴ FORÇAS Armadas de Defesa de Moçambique: A integração que libertou a mulher. 2014. Disponível em: <<http://jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher/23788-forcas-armadas-de-defesa-de-mocambique-a-integracao-que-libertou-a-mulher>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

³⁵ BARROSO, 2015.

³⁶ CASIMIRO, 1999, p. 129-130.

organização atuaria “como um novo braço da nossa Revolução que deve atingir as largas massas de mulheres que até agora se conservavam à margem do processo de transformação que tem lugar na nossa Pátria”³⁷. As discussões que antecederam a formação da OMM salientaram ainda mais a falta de consenso sobre o lugar da mulher na sociedade.

Dessa forma, tem de levar-se em consideração que a luta revolucionária não significa o fim da revolução. As protagonistas do DF, da OMM e líderes da FRELIMO estavam cientes dos desafios que teriam de enfrentar após a independência na gestão da nação liberta e que, portanto, a luta contra o machismo e racismo na sociedade moçambicana haveria de continuar. É pertinente destacar que a intersecção entre gênero e raça, no contexto africano, não produz os mesmos significados que nas Américas, onde ocorreu miscigenação e o mito da democracia racial perpetuado nas sociedades, principalmente na brasileira. Para Figueiredo e Gomes³⁸ a partir da mestiçagem “estabeleceram-se hierarquias e desigualdades entre as várias realidades socioculturais na Guiné-Bissau, exacerbando as diferenças socioculturais num contexto de luta pelo poder político”, reflexão igualmente pertinente para a sociedade moçambicana.

Ainda na análise de hierarquias de poder na sociedade colonizada, Figueiredo e Gomes³⁹ argumentam que:

[...] as estruturas de poder se dão tanto na articulação de classe e de gênero, em que o colonialismo teve um impacto importante, mas, sobretudo, em termos da dicotomia cidade-campo, que acaba por refletir as diferenças culturais e étnicas. As mulheres que protagonizaram e se apropriaram do discurso emancipatório do movimento de libertação eram majoritariamente do meio urbano, e que acessaram as instituições de formação asseguradas pelo Estado colonial. Por outro lado, os movimentos sociais protagonizados pelas mulheres, e que assumimos como práticas feministas, emergiram essencialmente das experiências de mulheres vivendo no mundo rural.

No entanto, o partido Frelimo não antecipou que findada a guerra de libertação, num contexto de Guerra Fria, desencadear-se-ia um longo conflito refletindo a disputa polarizada pelo poder na nova nação. O que a esquerda moçambicana chama de guerra de desestabilização foi o combate da Frelimo contra a recém-formada guerrilha da direita anticomunista, a RENAMO, resultando numa guerra civil que duraria quinze anos. Convém ressaltar que a resistência de direita possui também um Destacamento Feminino e uma data própria de comemoração do Dia da Mulher Moçambicana⁴⁰, mas não se encontraram registros de um combate direto entre o DF da Frelimo e o da RENAMO. Ao mesmo tempo, o ambiente

³⁷ IGLÉSIAS, Olga. África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD. **Campus Social**, Lisboa, p.133-151, 2018, p. 138.

³⁸ FIGUEIREDO; GOMES, 2016, p. 917.

³⁹ FIGUEIREDO; GOMES, 2016, p. 918.

⁴⁰ RENAMO. **A Perdiz**: Boletim Informativo. 2017. Disponível em: <<http://www.renamo.org.mz/Documentos/Perdiz/PERDIZ216.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

de polarização política prejudica a busca por informações objetivas, pois ambos partidos assumem posturas competitivas e antagônicas na divulgação de notícias, sendo que estas se assemelham em grande parte à propaganda partidária.

No tópico a seguir serão apresentados a seguir os Destacamentos Femininos de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, para que seja possível situar a atuação das mulheres moçambicanas no contexto africano de movimentos de libertação contra Portugal.

2.3. OS DESTACAMENTOS FEMININOS EM ANGOLA, GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Não somente em Moçambique verificou-se a atuação de mulheres através da fundação de um Destacamento Feminino no contexto das lutas contra o colonialismo português. No presente subtópico, será feita uma breve apresentação dos movimentos de libertação nacional em Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde e de seus respectivos Destacamentos Femininos. Assim, será possível reconhecer as singularidades dos Destacamentos que existiram no mesmo quadro histórico e contra o mesmo colonialismo português.

Em 1956 fundou-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) por meio de um manifesto convocando as diversas organizações independentes que atuavam contra o sistema colonial a unirem-se na luta pela libertação. As principais organizações eram o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola, o Movimento para a Independência de Angola, o Movimento pela Independência Nacional de Angola e o Partido Comunista de Angola⁴¹. A proclamação da independência da Angola ocorreu em 1975, liderada pelo então Presidente Agostinho Neto. Assim como em Moçambique, Angola enfrentou uma guerra civil que teve início logo após a independência e que se estendeu, com intervalos, até 2002. O conflito deu-se entre o MPLA e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), que à semelhança da RENAMO identificava-se com a ideologia anticomunista.

Sobre a atuação de mulheres angolanas nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, a antiga combatente Margarida Paredes relata em entrevista que a maioria das combatentes eram camponesas que tinham plena consciência do inimigo: o colonialismo português. No momento em que o entrevistador sugere que a decisão de fazer parte da luta poderia ter partido dos familiares, ela responde:

⁴¹ MPLA (Angola). **O Partido da Verdade, da Liberdade e do Povo**. Disponível em: <<http://www.mpla.ao/mpla.6/historia.7.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

Muitas mulheres que foram para a instrução militar foram motivadas pelo que elas identificam como a “euforia de querer combater para libertar Angola” e a sua sugestão de que elas foram atrás dos namorados é uma visão que subalterniza as mulheres e lhes nega o direito de serem agentes das suas próprias histórias de vida ao condicionar as suas escolhas aos namorados ou maridos.

A argumentação de Paredes vai ao encontro da reflexão de Gayatri Spivak⁴² sobre a mulher subalterna, historicamente silenciada, que está condenada a ser mal compreendida por estar sujeita aos interesses dos que têm poder para representar⁴³. A noção sexista de que a mulher não possui autonomia intelectual para tomar decisões sobre o pessoal e o político alimenta o estereótipo de que seu julgamento baseia-se em emoções, necessariamente associadas ao homem, e jamais na razão.

Assim como no DF da FRELIMO, as angolanas estavam sujeitas à hierarquia masculina e não poderiam ser comandantes nem tomadoras de decisão. Conforme supracitado, a FRELIMO foi um dos poucos movimentos nacionalistas no qual se considerou a urgência da luta pela emancipação da mulher. Já no MPLA, a questão foi entendida como secundária em relação à luta pela libertação nacional e o DF surgiu oficialmente apenas em 1975, pouco antes da independência. Apesar de ser da Direção Política, a integrante do MPLA Deolinda Rodrigues “já se queixava da discriminação que sofria por ser mulher e dizia que estava farta do ‘MPLA erudito e masculino’”. Mesmo assim, Paredes destaca que muitas ex-combatentes “têm poder político ou militar [...] o que prova que a vida militar pode ser um meio de ascensão política e social”⁴⁴.

Apesar do grande contingente feminino no MPLA, presença que precedia a fundação do DF, a decisão política de priorizar a luta anticolonialista em detrimento da luta pela igualdade de gênero prejudicou o reconhecimento do protagonismo da mulher angolana da luta armada na história da nação, motivo de profunda frustração⁴⁵.

Além do DF, em 1962 foi fundada a Organização da Mulher Angolana (OMA), por cinco mulheres que personificam a luta por direitos: Deolinda Rodrigues, Lucrecia Paim, Engrácia dos Santos, Irene Cohen e Teresa Afonso. A OMA era responsável, neste período, por mobilizar as mulheres a participarem das tarefas da revolução, do apoio aos guerrilheiros

⁴² Gayatri Spivak é crítica e teórica nascida na Índia em 1942.

⁴³ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University Of Illinois Pres, 1988. p. 271-313.

⁴⁴ FERNANDO, Emídio. "As mulheres, nas guerras, tinham de lutar duas vezes". 2016. Disponível em: <<http://novagazeta.co.ao/?p=5352>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

⁴⁵ FERNANDO, 2016.

à luta armada. Atualmente é a maior Organização social do país, e as/os integrantes da OMA representam 51% do total de militantes do MPLA⁴⁶.

Por outro lado, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) iniciou as atividades da guerra de independência na Guiné em 1963 com o apoio da Guiné-Conacri que já havia conquistado sua independência em 1958. A Guiné Bissau declarou sua independência em setembro de 1973, enquanto Cabo Verde em julho de 1975. As mulheres guineenses e caboverdianas encontraram na figura Amílcar Cabral um aliado na luta pela emancipação da mulher. O líder do PAIGC defendia a atuação das mulheres na luta armada pela libertação nacional e no processo de reconstrução da nação livre: “a nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres”⁴⁷.

Da mesma forma que em Angola e Moçambique, as mulheres da Guiné e Cabo Verde aderiram à causa desde o início, mesmo que clandestinamente. Eram responsáveis pela propaganda, alimentação dos combatentes homens, abrigavam perseguidos políticos e realizavam um trabalho de transmissão de informações importantes para a luta. Ou seja, as atividades realizadas pelas mulheres aqui continuam a reforçar o padrão de divisão sexual do trabalho atribuído ao “feminino”. A respeito da presença da mulher no movimento, a integrante do Partido Cármen Pereira, que assumiu cargos políticos durante e após a luta armada, expressa sua experiência⁴⁸:

Agora [1978] já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos. No passado os homens de religião muçulmana recusavam que as esposas participassem em reuniões do Partido. Recusaram-se uma, duas, três vezes, mas à quarta tiveram de aceitar porque as mulheres insistiram. Elas estavam interessadas em ouvir e sabe o que se passava. Agora as mulheres fazem parte dos comités de “tabanka”⁴⁹ e chegam a ser eleitas presidentes desses comités.

É possível encontrar na sociedade atual ganhos como em termos de participação na política a nível parlamentar, com a aprovação da lei da saúde reprodutiva, da lei do planejamento familiar e a lei contra mutilação genital feminina. Ou seja, houve ganhos nos campos da educação, consciência política e autonomia econômica. Todavia, a situação da mulher na Guiné Bissau e Cabo Verde não mudou drasticamente, de acordo com a proposta

⁴⁶ MPLA (Angola). **OMA**: História. Disponível em: <<http://www.mpla.ao/oma.25/historia.27.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

⁴⁷ GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. **Africa Development**, Dakar, v. 41, p.71-95, 2016, p. 79.

⁴⁸ GOMES, 2016, p. 80.

⁴⁹ Tabanka é o termo em língua kriol que significa aldeia. Os “Comités de Tabanka” eram os órgãos responsáveis pela gestão das comunidades das áreas libertadas. GOMES, 2016, p. 92.

da revolução, e ainda muito há de ser feito na luta contra a violência de gênero, especialmente em relação à violência sexual, doméstica e econômica⁵⁰.

Em suma, os paralelos entre os Destacamentos Femininos dos três movimentos de libertação revelam muitas semelhanças e uma diferença fundamental. Antes de tudo, e contrariamente ao discurso oficial dos movimentos que no pós-independência convertem-se em partidos, a iniciativa de fazer parte da luta armada partiu das mulheres. Em seguida, a reprodução da lógica de divisão sexual do trabalho dentro dos movimentos impediu, em certa medida, o acesso das mulheres às tomadas de decisão. Para mais, o fato de terem participado da construção de uma nação livre possibilitou um aprendizado político ímpar na vida das integrantes, que só foi possível por conta da orientação ideológica marxista-leninista dos movimentos.

No entanto, o momento do pós-independência na maioria dos países em África seguiu-se de um período de instabilidade política e econômica que dificultou o cumprimento da promessa de emancipação da mulher. O que torna singular a experiência do DF da FRELIMO em relação aos outros foi o marco teórico de que a luta pela libertação da nação do colonialismo português dependia necessariamente da libertação da mulher do sistema patriarcal racista, e que, portanto, as duas lutas caminhariam juntas.

Concluído o estudo a respeito do protagonismo de mulheres moçambicanas (situadas em seu contexto sociocultural) na luta armada e o paralelo com outras Frentes de libertação, abordar-se-á no próximo capítulo de forma mais detalhada o colonialismo português e suas consequências para as/os sujeitas/os na sociedade colonizada.

⁵⁰ GOMES, 2016, p. 89.

3. O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM ÁFRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A LUTA DA MULHER MOÇAMBICANA

A colonização europeia em territórios africanos é uma passagem sórdida da história mundial, e as implicações dos acontecimentos desse período podem ser observadas até os dias atuais. Os desafios e barreiras que encontram as mulheres moçambicanas na luta por seus direitos são indícios de que a descolonização é um processo ainda em marcha. Segundo Frantz Fanon⁵¹, é tarefa do/a colonizado/a (re)escrever a história de sua nação⁵², pois não é do interesse das grandes potências denunciar o discurso *mainstream*, mas de reforçá-lo, por ser ele mesmo a origem de legitimação do seu poder no sistema internacional.

O objetivo do presente capítulo é tratar sobre o colonialismo português em África e a resistência por parte das/os indivíduos/os em Moçambique, para refletir a respeito das consequências para o empoderamento feminino na sociedade moçambicana atual. Sendo assim, o primeiro item apresenta formas de manifestação do colonialismo em África, principalmente no que toca às questões de raça e de gênero, e a discussão sobre descolonização que surge no âmbito internacional. O segundo tópico analisa os conceitos de colonialidade do ser e do poder para pensar-se a categoria de gênero em Moçambique. Por fim, o terceiro ponto aponta o tema da agência das mulheres africanas nas Relações Internacionais.

3.1. O COLONIALISMO PORTUGUÊS E A DESCOLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Os estudos das Relações Internacionais (RI) foram muito influenciados pelas correntes de pensamento europeias, o que resulta num tratamento parcial sobre o significado do colonialismo em África, frequentemente concebido apenas como consequência do imperialismo econômico através da expansão capitalista⁵³. Os teóricos de RI discutem longamente o equilíbrio de poder, as duas Guerras Mundiais entre as potências, a civilização europeia, sem considerar a interpretação do próprio continente colonizado⁵⁴. Essas abordagens são relevantes e ajudam a explicar o porquê da ocupação do continente africano,

⁵¹ Frantz Fanon foi psiquiatra e filósofo nascido na Martinica em 1925.

⁵² FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 38-39.

⁵³ UZOIGWE, Godfrey N.. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010, p. 22-24.

⁵⁴ Ibid., p. 26-29.

mas não podem ser admitidos como únicos fatores por priorizarem somente a perspectiva da Europa.

Ao discursar sobre o perigo da história única, a escritora Chimamanda Adichie⁵⁵ ressalta a tradição do Ocidente de contar histórias sobre os/as africanos/as e sobre África “como um lugar negativo, de diferenças, de escuridão”⁵⁶. O processo de colonização se apoia na invenção da imagem do *outro*, do povo a ser civilizado, e controlar essa narrativa é importante para justificar a necessidade da implantação do sistema colonial. A respeito desse ponto, Adichie ainda discorre:

Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do "nkali"⁵⁷. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa.

Assim destaca-se a importância em dialogar com as perspectivas africanas acerca da partilha de África, pois as relações de poder estabelecidas ao longo dos mais de 300 anos entre os dois continentes e suas populações auxiliam no estudo das formas do colonialismo português. Por exemplo, contrariamente ao discurso hegemônico, Godfrey Uzoigwe salienta que a crescente resistência dos/as africanos/as foi o que impulsionou definitivamente a ocupação dos territórios⁵⁸, pois os portugueses foram obrigados a fazer frente às rebeliões organizadas pelo povo africano⁵⁹.

A corrida ao continente africano inicia-se com a formação da Associação Internacional Africana durante a Conferência Geográfica de Bruxelas em 1876. Como resultado da Conferência, liderada pelo Rei Leopoldo I⁶⁰, fundou-se o Estado Livre do Congo. Em resposta ao convite tardio a Portugal para as negociações, o país anexou em 1880 as propriedades rurais afro-portuguesas de Moçambique. Além disso, a presença da França e do Reino Unido no Egito a partir de 1879 reforçou a pressão entre os países da Europa para invadir África efetivamente⁶¹.

⁵⁵ Chimamanda Adichie é escritora nascida na Nigéria em 1977.

⁵⁶ THE danger of a single story. Chimamanda Ngozi Adichie. [s.i.]: Ted Talks, 2009. (19 min.), Colorido.

⁵⁷ Do Igbo, “ser maior do que o outro”. ADICHIE, 2009.

⁵⁸ Ainda que a presença dos europeus em África seja de longa data, até os anos de 1880 a maior parte do território do continente “era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados”, e a dominação direta dos portugueses em Moçambique se restringia somente a algumas áreas da costa. Ver: BOAHEN, Albert Adu. **África sob dominação colonial: 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010, p. 3.

⁵⁹ UZOIGWE, 2010, p. 30.

⁶⁰ *Leopoldo II foi Rei da Bélgica de 1865 a 1909, quando faleceu. Ele comandou o Congo de 1885 a 1908, transformando-o em sua plantação pessoal, campo de concentração e ministério cristão, assassinando de 10 a 15 milhões de congolese/as no processo*. Ver: O’CEALLAIGH, 2010.

⁶¹ UZOIGWE, 2010, p. 32.

Como consequência, realizou-se a Conferência de Berlim entre 1884 e 1885, com o objetivo principal de solucionar os conflitos entre as potências europeias que disputavam territórios em África. Fizeram parte da Conferência quatorze países⁶², sendo Alemanha, França, Reino Unido e Portugal os que se destacaram⁶³. Adotou-se então a doutrina da “ocupação efetiva”, na qual a nação europeia que apossava-se de um território deveria provar junto aos outros membros que possuía autoridade e meios para mantê-lo sob controle e então ter reconhecimento internacional.

Trata-se de um evento sem precedentes, em que quatorze países decidiram o destino de todo um continente, acordando “legalmente” a ocupação de África com normas e modalidades estabelecidas e, é claro, sem a presença dos/as líderes africanos/as⁶⁴. A sugestão inicial de realização da reunião partiu de Portugal, que se sentia em desvantagem quanto à divisão dos territórios até então. Durante as negociações, propôs o “mapa cor de rosa” (ver figura 2), ligando Moçambique a Angola, para ter os territórios reconhecidos como seus pelas outras potências, no entanto o projeto foi rejeitado pelo Reino Unido.

FIGURA 2: Mapa cor de rosa



⁶² Sendo eles: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia-Noruega, Turquia e Estados Unidos. Ver WABGOU (2012).

⁶³ WABGOU, 2012, p. 40.

⁶⁴ UZOIGWE, 2010, p. 33.

Fonte: TORRES, 1991.

Até este momento, as autoridades africanas apostavam na resolução diplomática dos conflitos, e em sua maioria mostravam-se confiantes na defesa de seus territórios como o faziam há séculos. Contudo, com a revolução industrial na Europa e a invenção da metralhadora automática “Maxim”, entre outros progressos tecnológicos no continente do colonizador, as chances das resistências em África conterem o avanço do europeu eram limitadas⁶⁵. Além do mais, agora a motivação europeia não apenas de comércio e exploração dos recursos, como havia sido por séculos, mas de controle político total.

Essas resistências manifestaram-se de muitas maneiras na região que hoje é Moçambique, seja nos Estados ou nas pequenas unidades políticas. Alguns grupos, como “os Quintangona no norte de Moçambique [...], chegaram até a reconhecer a dominação de Portugal em troca de suprimentos militares importantes, que afinal utilizaram contra as forças de Lisboa”⁶⁶. Há também o caso do Imperador Ngungunhane no Império de Gaza, que aproveitou-se da inimizade entre Portugal e Inglaterra, oscilando as negociações e afinidades entre as duas nações europeias sem ceder a independência, ao mesmo tempo em que formava “alianças anticoloniais multiétnicas”⁶⁷. Por sua vez, Portugal explorou rivalidades entre os grupos e dificultou as alianças em longo prazo, a exemplo dos Tonga e dos Sena que por um período ajudaram os portugueses a combaterem os Shangaan (Tsongas em Moçambique) e os Barué⁶⁸.

Finalmente instaurado o regime colonial português, pode-se dizer que o método de ocupação foi um dos mais cruéis já vistos. Após a conquista pelas guerras coloniais e tráfico de pessoas, iniciou-se um processo de desestruturação total da organização econômica e social das comunidades, ao instituir altos impostos, saquear os bens e propriedades dos/as moçambicanos/as e controlar a vida privada e pública. A população expulsa das terras férteis para dar lugar aos colonos portugueses viu-se reféns de um sistema econômico que lhes subjugava, como o trabalho forçado nas grandes fazendas⁶⁹.

⁶⁵ BOAHEN, 2010, p. 6-7.

⁶⁶ ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880 -1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 195.

⁶⁷ ISAACMAN; VANSINA, 2010, p. 200.

⁶⁸ ISAACMAN; VANSINA, 2010, p. 202.

⁶⁹ Mesmo que aproximadamente 70% da produção agrícola em Moçambique viesse das famílias africanas, os preços que colonos pagavam pelo produto era muito baixo e os impostos, muito altos, como o “imposto de soberania” e “imposto indígena”, este último sendo obrigatório para qualquer africano/a maior de 15 anos e podendo representar até um quarto dos ganhos mensais. DJASSI, Abel. 1960, p. 50-52.

Conforme essa lógica, a estratégia de dicotomizar o espaço geográfico da colônia entre o mundo do/a colonizado/a e do colono existiu para reforçar as diferenças sociais⁷⁰ que impôs o regime colonial. Sobre essa questão, Fanon⁷¹ discorre:

A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *medina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. [...] Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, as enormes diferenças dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico.

Aqui, os representantes do regime de opressão e dos colonos são os soldados e a polícia, os quais oferecem a violência como única via de comunicação aos/às colonizados/as. Isto posto, a descolonização é o processo histórico que tem como objetivo alterar as estruturas desse mundo, e não pode ser pacífica pois as relações ali existentes são, em sua base, sustentadas pela violência⁷². Nessa geografia, o lugar designado às mulheres moçambicanas na hierarquia colonial é o mais inferior, por pertencerem às duas categorias da modernidade historicamente depreciadas: são “mulheres” e “africanas”, e, portanto, suas experiências serão duplamente negadas.

O continente europeu não escapa à brutalidade do colonialismo. De acordo com Aimé Césaire⁷³, a contradição da missão civilizatória reside na tendência à descivilização do colonizador que, ao transformar em “animais” a população que conquista, em não humanos, converte-se ele mesmo em monstro e contamina toda a sua população⁷⁴. Acerca da relação entre violência e o processo de descolonização, Fanon⁷⁵ argumenta:

Há, pois, na descolonização a exigência de um reexame integral da situação colonial. A sua definição pode, se queremos descrevê-la com exatidão, estar contida na frase bem conhecida: “os últimos serão os primeiros”. [...] a descolonização deixa entrever, através de todos os seus poros, granadas incendiárias e facas ensanguentadas. Porque se os últimos devem ser os primeiros, isto só pode ocorrer em consequência de um combate decisivo e mortal entre dois protagonistas. Essa vontade firme de fazer chegar os últimos à cabeça da fila, de fazer subir com cadência (demasiado rápida, dizem alguns) os famosos escalões que definem uma

⁷⁰ María Lugones utiliza o termo “diferença colonial” para tratar da relação hierárquica entre o moderno (colonizador) e o não moderno (os/as colonizados/as). Ver LUGONES (2014).

⁷¹ FANON, 1968, p. 28-29, omissão nossa.

⁷² A “cidade branca” representa a prosperidade econômica, a modernidade, o progresso e superioridade do homem branco, europeu, cristão, heterossexual, enquanto a “cidade negra” é a encarnação de todos os valores e modos de vida que serão destruídos e marginalizados pela empresa colonial, para dar sentido à “missão civilizatória”.

⁷³ Aimé Césaire foi escritor nascido na Martinica em 1913.

⁷⁴ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978, p. 17 e 24.

⁷⁵ FANON, 1968, p. 27, omissão nossa.

sociedade organizada, só pode triunfar se se lançam na balança todos os meios, inclusive a violência, evidentemente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a crescente articulação de movimentos pela independência em África, prova-se difícil continuar a ignorar a violência do imperialismo colonial. Além disso, os custos para manter a ocupação e fazer face aos movimentos de libertação, tanto em recursos materiais quanto humanos, tornam-se cada vez mais altos para Portugal⁷⁶, que insiste na tentativa de controlar milhões de vidas africanas e seus recursos mesmo após o reconhecimento da independência de diversos outros territórios.

Ainda assim, foi somente em dezembro de 1960 que a Assembleia Geral da ONU adota a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais⁷⁷, que no mesmo ano será anexada à Resolução 1541 (XV). No presente documento, destaca-se o reconhecimento de que a colonização é contrária à Carta das Nações Unidas, por impedir a paz e a cooperação internacionais. Há também o reforço do direito à autodeterminação inerente a todos os povos, ademais de que a independência não deveria ser impedida sob pretexto de incapacidade das nações em desenvolver-se política, social, cultural e economicamente, além do respeito ao direito soberano de todos os povos e integridade do território nacional⁷⁸. Segundo Santos⁷⁹, o novo significado que surge ao conceito de autodeterminação dos povos é, sobretudo, o que contribui para a legitimação do uso da força para a conquista da independência pelas colônias portuguesas no âmbito da ONU. Por fim, o ano de 1960 foi considerado o ano da África pela ONU, pois quase 20 países conquistaram sua independência do julgo colonial.

Em virtude de a descolonização ocorrer num contexto de Guerra Fria, as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sofreram interferência das tensões entre União Soviética (URSS) e Estados Unidos (EUA)⁸⁰. Além de tudo, cresce a disputa entre as duas potências sobre qual seria o modelo econômico adotado pelos povos descolonizados. Isto significaria um aumento da assistência militar e econômica para essas nações, transformando conflitos locais em pontos de concorrência entre EUA e URSS. A guerra de desestabilização no pós-independência entre a FRELIMO e a RENAMO seria um exemplo.

⁷⁶ MELLO, Arnon de. **Portugal e as Colônias da África**. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 33-34.

⁷⁷ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. **A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970**. 2014. 437 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 156.

⁷⁸ ONU, Assembleia Geral da. **Declaración sobre la concesión de la independencia a los países y pueblos coloniales**. 1960.

⁷⁹ SANTOS, 2014, p. 109-110.

⁸⁰ SANTOS, 2014, p. 123-124.

As associações que participaram da formação do movimento de libertação na Tanzânia são a *Mozambique African National Union* (MANU) com sede no país, a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) na Rodésia e Nyassalandia, a União Nacional de Moçambique (UNAMI) em Tete e o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) no Sul de Moçambique. Após o Primeiro Congresso da FRELIMO, em 25 setembro de 1964, proclama-se o início da Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), liderada por Eduardo Chivambo Mondlane⁸¹;

Moçambicanas e Moçambicanos, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações (...) trabalhadores das minas e dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas:
Em vosso nome, a FRELIMO declara hoje, solenemente, a insurreição geral armada do povo moçambicano, contra o colonialismo Português, para a conquista da independência total e completa de Moçambique. O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português.

Observou-se aqui uma afinidade de Moçambique com os países africanos colonizados por Portugal e o vínculo com os países vizinhos na formação do Movimento de libertação⁸². O PAIGC liderado por Amílcar Cabral, o MPLA comandado por Agostinho Neto⁸³ e notadamente a FRELIMO com Mondlane, denunciam junto ao CSNU o fornecimento de armas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao governo português, este último determinado a ignorar a Declaração e a combater os movimentos pela libertação dos povos africanos⁸⁴.

Em relação aos países latino-americanos, durante a Primeira Conferência Tricontinental realizada em Cuba no ano de 1966 pela Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), expressou-se apoio e solidariedade militante a todos aqueles que lutavam contra o colonialismo português em África, imperialismo e neocolonialismo dos EUA, especialmente aos combatentes do PAIGC, MPLA e FRELIMO⁸⁵. Neste momento percebe-se a tentativa de unificar as estratégias de revolução, após a resolução da Crise dos mísseis de Cuba em 1962 e relativa estabilização que seguem as tensões da Guerra Fria.

Quanto ao interesse da URSS em África, pode-se dizer que Nikita Khrushchov, líder da União Soviética de 1953 a 1964,⁸⁶ demonstrava respeito pelos discursos anticolonialistas

⁸¹ [s.I.]. **O I Congresso da FRELIMO e o início da Luta de Libertação Nacional**: Memórias da Luta de Libertação. 2015.

⁸² O ponto de encontro e rede de apoio na Tanzânia foi o que possibilitou, afinal, a formação do movimento de libertação. [s.I.]. **O I Congresso da FRELIMO e o início da Luta de Libertação Nacional**: Memórias da Luta de Libertação. 2015.

⁸³ UNESCO. **África "portuguesa"**: la lucha por la independencia. 1973, p. 11.

⁸⁴ UNESCO, 1973, p.32.

⁸⁵ OLAS (Cuba). **Resolución de Solidaridad con Africa**. Havana, 1966, p. 64-65.

⁸⁶ [s.I.]. **O I Congresso da FRELIMO e o início da Luta de Libertação Nacional**: Memórias da Luta de Libertação. 2015.

proclamados pelos líderes africanos, e apoiou a causa da descolonização na ONU, além de enviar recursos militares e treinar os grupos guerrilheiros. Entretanto, as relações com os EUA faziam com que o apoio soviético à LANL fosse limitado aos interesses soviéticos⁸⁷.

Com o avançar da luta armada, os territórios foram sendo conquistados pela FRELIMO e as forças portuguesas recuaram para os centros urbanos. Essas zonas foram chamadas de zonas libertadas⁸⁸, onde finalmente os/as moçambicanos/as puderam “administrar seus assuntos, e, com isso, forjar novas instituições e estruturas sociais que pudessem fazer frente às exigências do progresso material e cultural”⁸⁹. Em dia 25 de junho de 1975 Samora Machel Proclama a independência em nome da República Popular de Moçambique. No entanto, para além da desocupação dos territórios, o processo de descolonização deve compreender transformação do próprio ser, conforme o pensamento de Fanon. Sendo assim, o próximo tópico aborda os conceitos de colonialidade do ser e do poder para explicar as dinâmicas de gênero presentes na sociedade moçambicana.

3.2. A COLONIALIDADE DO SER E DO PODER NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA

A colonização significou a imposição de uma estrutura de pensamento e concepção de mundo, uma série de significados e símbolos, num processo que serve a delimitar as identidades tanto do/a colonizado/a como do colonizador. Em complemento ao sentido de hierarquia que trouxe Adichie com o termo igbo *nkali*, Walter Mignolo⁹⁰ apresenta o termo “colonialidade” como sendo “a lógica subjacente da fundação e desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada”⁹¹. O autor defende que não há modernidade sem colonialidade, sendo a primeira celebrada e a última deliberadamente ocultada.

É nesse caminho que se faz o estudo da ideia de raça e de gênero, sendo ambas categorias inventadas e pertencentes ao duo modernidade/colonialidade dentro do sistema de poder mundial capitalista. Aníbal Quijano⁹² defende que raça e identidade racial estão

⁸⁷ ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. Um breve balanço da influência russo-soviética na África Austral: (1919 a 1975). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Snh, 2015, p. 7.

⁸⁸ [s.l.]. **Zonas Libertadas: Memórias da Luta de Libertação**. Disponível em: <<http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Luta-de-Libertacao/Zonas-Libertadas>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁸⁹ OLAS (Cuba), 1966, p. 6.

⁹⁰ Walter Mignolo é professor nascido na Argentina em 1941.

⁹¹ MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 32, n. 94, p.01-18, 2017, p. 2.

⁹² Aníbal Quijano é sociólogo nascido no Peru em 1928.

“associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação capitalista que se impunha”⁹³, servindo a naturalizar as relações coloniais entre europeus e não-europeus.

Convém salientar que o grupo colonialidade/modernidade concebe a colonialidade em suas três dimensões, sendo elas a do saber, do poder e do ser. As estruturas das relações políticas globais são resultantes do entrelaçamento dessas dimensões⁹⁴. As reflexões sobre gênero e raça encontram-se principalmente no campo da colonialidade do ser, em constante relação com a colonialidade do poder.

Segundo Quijano, fabricou-se um instrumento poderoso quando a ideia de raça é vinculada à noção de gênero, e “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”⁹⁵. A caracterização de África como submissa e inepta destaca a desqualificação por características associadas ao feminino, assim como se atribuiu ao homem colonizado qualidades ditas femininas de passividade e menoridade intelectual.

Sobre a conexão entre raça e gênero, Grada Kilomba⁹⁶ argumenta que a intersecção dessas duas categorias é, com frequência, tratada como opressões acumuladas em camadas ao invés de estudada como resultante de experiências específicas dos/as indivíduos/as e que, inclusive, nenhuma forma de opressão opera isoladamente. Acerca desse assunto, Kilomba⁹⁷ discorre:

Uma grande parte da Black politics⁹⁸ construiu seus sujeitos em torno das concepções da masculinidade Negra e heterossexual. A construção do sujeito Negro como "masculino" é problemática porque torna experiências femininas e gays/queer⁹⁹ invisíveis. Essa conceituação simplesmente transforma o clássico conceito "homem branco e heterossexual" em "homem Negro e heterossexual", sendo "raça" a única categoria modificada. [...] Nos discursos feministas ocidentais, o conceito dominante de "homem branco e heterossexual" tornou-se "mulher branca heterossexual". [...] As mulheres negras foram assim posicionadas em vários

⁹³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.**: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117.

⁹⁴ MIGNOLO, 2017. QUIJANO, 2005.

⁹⁵ QUIJANO, 2005, p. 118.

⁹⁶ Grada Kilomba é psicóloga nascida em Portugal em 1968.

⁹⁷ KILOMBA, Grada. Gendered Racism. In: KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** 2. ed. Munique: Unrast, 2010, p. 56, tradução nossa, omissão nossa.

⁹⁸ A mobilização de pessoas negras para influenciar a política, exigir a responsabilização dos funcionários do governo, participar do discurso político e, finalmente, oferecer uma alternativa democrática ao status quo. Ver DAWSON (2012).

⁹⁹ *Queer* é um termo anglófono “guarda-chuva” e representa a população que vive fora do padrão heteronormativo, distanciando-se da performance binária de gênero. Em inglês moderno a palavra é um insulto à população LGBTQI+, mas seu sentido foi reapropriado pelo movimento. O equivalente para o movimento no Brasil seria “bicha”, “viado”, “sapatão”.

discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre racismo onde o sujeito é negro masculino; um discurso de gênero onde o sujeito é branco feminino; e um discurso sobre a classe em que "raça" não tem lugar algum. Nós ocupamos um lugar muito crítico na teoria.

Acerca deste tema, Spivak salienta a questão de gênero em prefácio ao filme *Concerning Violence* sobre a obra de Fanon, afinal mesmo que as lutas pela libertação possuam um discurso a favor da igualdade de gênero, a dita nação pós-colonial volta às estruturas invisíveis e de longo prazo da desigualdade, ainda que houvera ganhos substanciais. Spivak ressalta ainda que o fomento do estupro continua não somente na guerra, mas também nos exércitos legítimos (seja em nações em desenvolvimento, seja nas desenvolvidas)¹⁰⁰. A autora chama para um resgate do pensamento de Fanon para uma análise específica em gênero, pois apesar de não ter necessariamente aprofundado o tema, ele disponibilizou em seus escritos muitas ferramentas úteis nesses estudos.

De volta ao conceito de colonialidade do gênero, María Lugones¹⁰¹ também critica a compreensão de Quijano que trata o assunto somente “em termos de acesso sexual às mulheres”¹⁰² e corpos femininos/feminilizados. A autora aborda “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial”¹⁰³, conforme perspectiva fanoniana. Sendo assim, os/as colonizados/as são classificados/as como animais selvagens nesse sistema moderno colonial de gênero, em oposição ao civilizado homem branco, europeu, cristão, heterossexual, ele sim ser humano por completo.

Lugones enfatiza que é importante conceber gênero e sexo como elementos separados, ao invés de concebê-los como unidade racializada, pois inicialmente os/as colonizado/as eram percebidos pelo colonizador como machos e fêmeas, ou não humanos. Em teoria, como expôs Kilomba e complementa Lugones, não seria possível uma categoria “mulher colonizada” já que nenhuma fêmea colonizada é mulher¹⁰⁴, e, ainda, não existe uma concepção não colonizada de gênero, pois “gênero” pertence ao grupo modernidade/colonialidade.

Para Casimiro, o colonialismo português acompanhado da escravatura contribuiu para um controle sistematizado do corpo de mulheres, tanto em questões de divisão sexual do trabalho quanto de reprodução, além de mudanças nas relações de poder entre os gêneros,

¹⁰⁰ CONCERNING Violence. Direção de Göran Olsson. [estados Unidos]: Sundance Film Festival, 2014. (89 min.).

¹⁰¹ Maria Lugones é filósofa feminista nascida na Argentina e radicada nos Estados Unidos.

¹⁰² LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 4, p.935-952, dez. 2014, p. 939.

¹⁰³ LUGONES, 2014, p. 936.

¹⁰⁴ LUGONES, 2014, p. 939.

levando em consideração que a maioria da população escravizada eram mulheres¹⁰⁵. Ainda que mulheres moçambicanas tenham uma experiência particular, elas também passam pela situação mundial que é ter sua história invisibilizada.

A reorganização da sociedade de acordo com os princípios da empresa colonial, alguns dos aspectos já discutidos acima, auxiliam na tentativa de compreender a situação de mulheres moçambicanas atualmente. Tendo como exemplo: a reorganização da economia doméstica como resultado das políticas coloniais sobre a terra e a força de trabalho; o desenvolvimento de relações de produção capitalistas; a perda gradual de acesso à terra por parte da mulher; a migração masculina massiva¹⁰⁶, esta última causada em Moçambique pelas oportunidades de trabalho nas minas em África do Sul.

Uma das consequências do colonialismo e patriarcado africano é, de acordo com Casimiro, a propagação da imagem da mulher rural como pobre, desinformada, estática, que para superar sua condição e atingir emancipação, precisaria transformar-se na mulher urbana, ou seja, moderna e ocidentalizada¹⁰⁷. A oposição nas representações da mulher rural e da mulher urbana é um fator relevante na análise dos movimentos feministas moçambicanos, expressa principalmente no confronto do que é moderno/europeu e do arcaico/*outro*.

Como tratado no capítulo anterior, na ocasião em que a FRELIMO surgiu as mulheres moçambicanas já se organizavam em prol da causa, e viram na Frente uma oportunidade de atuar na vida pública. Apenas um ano após o início da LALN, elas solicitaram treinamento militar para poderem contribuir na organização e mobilização da população nas zonas libertadas, assim como nos territórios ainda ocupados por portugueses, e então o primeiro grupo de guerrilheiras formou o DF.

Houve muita resistência por parte dos companheiros de luta homens, que subestimaram a presença de mulheres no movimento de diversas formas, seja reduzindo-as à objetos sexuais no terreno, seja reforçando a divisão sexual do trabalho nas atividades da guerra. Por esse ângulo, e apesar dos desafios práticos relativos à aceitação do discurso de igualdade de gênero nas ações do dia a dia, Casimiro¹⁰⁸ destaca que:

Foi ao nível do DF que o papel da mulher adquiriu características qualitativamente novas. **Combatendo, a mulher entrou num lugar sagrado, reservado ao homem.** O facto de viver em campos de treino, usar calças, formar mulheres, mas também homens, participar em combates, conviver com outras pessoas que não as do grupo de parentesco, provocou uma autentica revolução em zonas camponesas e

¹⁰⁵ CASIMIRO, Isabel Maria. **Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique**. Coimbra, 1999, p. 154.

¹⁰⁶ CASIMIRO, 1999, p. 156.

¹⁰⁷ CASIMIRO, 1999, p. 158.

¹⁰⁸ CASIMIRO, Isabel Maria. **Repensando as relações entre mulher e homem nos tempos de Samora**. 2001, p. 5, grifo nosso.

conservadoras, deste modo limitando o controle que os homens habitualmente exerciam sobre a função produtiva e reprodutiva das mulheres, e das alianças matrimoniais entre os diversos clãs.

A capacidade da mulher moçambicana no âmbito de sua atuação na LANL de subverter a lógica da opressão é notável, de modo que influenciou e causou impacto para além das fronteiras de seu país. O próximo tópico aborda o tema da agência da mulher moçambicana nas Relações Internacionais, para entender como luta pela igualdade de gênero em Moçambique transcende fronteiras físicas, mais uma invenção do colonizador europeu.

3.3. O FEMINISMO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A partir dos anos 1980 admitem-se as abordagens feministas e de gênero no campo de Relações Internacionais com contribuições de diversas teóricas, tendo como marco o livro *Gender in International Relations*¹⁰⁹ da britânica J. Ann Tickner. Segundo a autora, o conservadorismo nos estudos de RI influenciou o atraso da integração desta perspectiva por ser oriunda da área das Ciências Sociais e Ciência Política¹¹⁰, uma das contradições de um campo de estudos que se pretende interdisciplinar.

O debate enquadra-se nas teorias construtivistas e começa na defesa da categoria de gênero como categoria de análise. Tickner define duas gerações de abordagens feministas nas RI: a primeira geração representada pelos feminismos liberais, radicais e socialistas; a segunda pelos feminismos críticos, construtivistas, pós-estruturalistas e pós-coloniais¹¹¹. Porém, as teorias feministas das RI com maior repercussão permanecem centradas no marco teórico ocidental/nortecêntrico, a defender pautas importantes, mas que raramente consideram as experiências das mulheres subalternizadas.

No que diz respeito ao feminismo negro, suas origens formais encontram-se nos Estados Unidos com as mulheres negras da diáspora dentro do movimento abolicionista e no encontro/confrontamento entre o movimento negro e o movimento sufragista. A filósofa e ativista Ângela Davis¹¹² defende, no começo da década de 1980, o lugar da mulher negra na vida política e contesta a posição de inferioridade que lhes foi designada pela sociedade patriarcal capitalista norte-americana. A principal crítica da autora foi contra a posição das

¹⁰⁹ Gênero nas Relações Internacionais, tradução nossa.

¹¹⁰ TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieve Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

¹¹¹ Em sua monografia, Viana expõe com mais detalhes as pautas defendidas por cada corrente, de acordo com os escritos de Tickner (sem tradução para o português). Ver: VIANA, Layla G. S. **O Pessoal é Internacional: Feminismo Negro e Relações Internacionais**. Brasília: Uniceub, 2016.

¹¹² DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

feministas brancas que não admitiam a raça como categoria de opressão, reproduzindo discursos de dominação e/ou hierarquizando as pautas.

Os feminismos negros pós-coloniais e decoloniais dialogam com a noção de Fanon sobre o indivíduo colonizado categorizado como “não-humano” ao pensar a mulher negra como “não-mulher” e questionar os padrões de feminilidade e reinterpretar suas identidades/representações enquanto mulheres negras. De acordo com Lélia Gonzalez¹¹³, a indiferença por parte das teorias feministas do *mainstream* caracteriza-se “como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade”¹¹⁴.

A autora ainda sublinha, por exemplo, que discutir a divisão sexual do trabalho sem pensar a esfera racial “é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco”¹¹⁵. Ao encontro do que expõe Gonzalez, a intelectual Djamila Ribeiro argumenta que “pensar interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura”¹¹⁶, e evitar as categorias universalizantes.

Para considerar-se as agentes do feminismo negro no Sistema Internacional, será preciso levar em conta a ideia de sociedade civil global¹¹⁷. A definição de sociedade civil estaria relacionada a um conjunto de instituições e práticas, responsáveis pelo desenvolvimento de valores, normas, significados e identidades, transformando-se finalmente em uma plataforma global de contestação social¹¹⁸. Este tende a tornar-se um “espaço” independente e crítico, para além do Estado e economia, visto que nos estudos tradicionais das RI o Estado é tido como ator central do Sistema Internacional.

Segundo Renata Reynaldo, devido às críticas dos feminismos subalternos, os feminismos transnacionais encontram-se “mais globais, heterogêneos e representativos também do Sul, encontrando nossos espaços, alcances e formatos”¹¹⁹. O que a autora caracteriza como o segundo momento de transnacionalização do feminismo é “formado por

¹¹³ Lélia Gonzales foi antropóloga e militante nascida em Belo Horizonte no ano de 1935. Ela defendeu um feminismo afro-latino-americano dentro das categorias étnicas de mulheres amefricanas e ameríndias, afinal para elas a conscientização da opressão acontece antes de tudo pelo viés racial. GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro, 1988.

¹¹⁴ GONZALEZ, 1988, p. 13.

¹¹⁵ GONZALES, 1988, p. 14.

¹¹⁶ RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro Para Um Novo Marco Civilizatório**. In: Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo, 2016.

¹¹⁷ VIANA, 2016, p. 44.

¹¹⁸ COHEN, 2003 apud VIANA, 2016, p. 45.

¹¹⁹ REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha Mundial das Mulheres: Um enfoque pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional**. 2016. 210 f. Tese (Doutorado) - PPGICH, CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Cap. 5, p. 158.

contrapúblicos feministas heterogêneos [...] marcado pelo aumento da força dos feminismos e movimentos de mulheres populares de base e vindos do Sul e pela presença na esfera da globalização contra-hegemônica”¹²⁰.

Dessa forma, nas últimas décadas observou-se maior abertura às pautas feministas, devido à reivindicação dos diversos movimentos sociais ao redor do mundo e, por exemplo, ao avanço das tecnologias da comunicação. A luta pela igualdade de gênero através do ativismo da mulher moçambicana pode ser observada por sua atuação em Organizações Internacionais, em Conferências Internacionais, em redes de organizações com países próximos geográfica e culturalmente, ações locais que se articulam com o global em prol da resistência e cooperação internacional¹²¹.

O próximo capítulo aborda os reflexos do engajamento feminino na luta pela independência na sociedade moçambicana atual, e os movimentos e organizações de mulheres em Moçambique serão apresentados no terceiro item.

¹²⁰ REYNALDO, 2016, p. 159.

¹²¹ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. *Lua Nova*, nº 46. 1999, p. 135 – 168. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a07n46>>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

4. OS REFLEXOS DA ATUAÇÃO FEMININA NA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA ATUAL

Nos capítulos anteriores, explicou-se a fundação do Destacamento Feminino da FRELIMO como uma iniciativa das mulheres que encontraram no movimento de libertação um espaço de luta pela igualdade de gênero. Ao exigirem o treinamento militar em 1965, preparavam-se para combater não somente o racismo do colonizador português, mas também o patriarcado europeu e africano. Mesmo com as disputas internas, a presença feminina na LALN concretizou-se e rendeu resultados positivos para a independência de Moçambique e para a condição da mulher. No entanto, a descolonização do território não significou o fim da colonialidade e as mulheres moçambicanas continuam a enfrentar desafios nos dias de hoje.

O objetivo deste capítulo é discutir como esse protagonismo das mulheres moçambicanas no processo de independência pôde favorecer o empoderamento e ativismo feminino na sociedade atual e na luta internacional pela igualdade de gênero. Dessa forma, a primeira seção aborda o perfil socioeconômico da mulher moçambicana no tempo presente, especialmente através de indicadores que expõem, por exemplo, o grau de participação na política, de acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho. O segundo tópico faz uma reflexão acerca do significado da LALN para a expansão do movimento feminista em Moçambique. Por último, o último item trata das organizações e movimentos feministas e os obstáculos que encontram no avançar da luta pela ampliação dos direitos civis e políticos das mulheres.

4.1. UM PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MULHER MOÇAMBICANA

A desigualdade de gênero em Moçambique persiste por fatores socioculturais, políticos e econômicos. O país ocupa em 2015 o 180º lugar de um total de 188 países com um valor de 0,418 na colocação do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lembrando que nos anos 1990 o IDH do país era de 0,209. Em relação ao Índice de Desigualdade de Gênero ocupa o 135º lugar com o valor de 0,574, em contraste ao de 1995 com um índice 0,664¹²². O IDG é analisado em termos de saúde reprodutiva, empoderamento e atividade econômica, sendo possível observar que a

¹²² O Ministério do Género, Criança e Acção Social de Moçambique produziu, sob organização da Ministra Cidália Chauque Oliveira e financiamento das Nações Unidas, um relatório sobre a questão de gênero no país. A maior fonte de dados vem do Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 do PNUD. Ver: **Perfil de Género de Moçambique**. Maputo, 2016.

desigualdade estrutural entre os gêneros é evidente. A taxa de mortalidade materna e de gravidez entre adolescentes são gravemente altas, além de o acesso à educação por mulheres ser notadamente inferior em relação aos homens, conforme tabelas 1 e 2.

TABELA 1: Índice de Desigualdade de Gênero

SAÚDE REPRODUTIVA		EMPODERAMENTO			ATIVIDADES ECONÔMICAS	
Taxa de mortalidade materna	Taxa de gravidez entre adolescentes	Assentos parlamentares ocupados por mulheres (%)	População com pelo menos o nível de ensino secundário (%)		Proporção da participação no mercado de trabalho (%)	
			Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
480	137.8	39.6	1.4	6.2	85.5	82.8

Fonte: PNUD Human Development Report, 2015, p. 6.

É imprescindível, neste contexto, ressaltar o contraste entre a população urbana e a rural como aspecto importante para considerar-se a categoria de gênero na sociedade moçambicana. O problema do analfabetismo afeta 30% dos homens e 58% das mulheres, sendo que as mais prejudicadas vivem nas zonas rurais¹²³, em que o número de agregados familiares¹²⁴ chefiados por mulheres é expressamente maior que os agregados chefiados por homens. A pobreza e baixa produtividade agrícola estão associadas, certamente, à baixa escolaridade. Observa-se que gênero e pobreza estão relacionados, ou o que se chama a “feminização da pobreza”¹²⁵.

O acesso ao mercado de trabalho sem discriminação é protegido pela Constituição da República e Lei do Trabalho. Em 2011, a população economicamente ativa era de aproximadamente 11 milhões de pessoas, “das quais 62,1% trabalho por conta própria, 24,6% trabalham para a família sem nenhuma remuneração e apenas 10,9% são assalariadas”.¹²⁶ As mulheres estão presentes principalmente no setor agrícola e em sua maioria trabalham por conta própria. Em segundo lugar, estão também presentes no setor de comércio e serviços e setor informal, e quando na categoria de assalariadas no setor formal possuem salários e cargos inferiores ao dos homens. Existe ainda o tema da dupla jornada, pois a mulher é

¹²³ Perfil de Gênero de Moçambique, 2016, p. 13.

¹²⁴ Agregados familiares nas estatísticas da pobreza. Perfil de Gênero de Moçambique, 2016, p. 14.

¹²⁵ AGUILAR, Paula Lucía. A feminização da pobreza: conceitualizações atuais e potencialidades analíticas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan. 2011. ISSN 1982-0259.

¹²⁶ Perfil de Gênero de Moçambique, 2016, p. 27.

sobrecarregada com o trabalho doméstico e este fator raramente entra nas estatísticas e censos sobre emprego¹²⁷.

TABELA 2: Índice de Desenvolvimento de Gênero em Moçambique

Esperança de vida ao nascer		Média de anos de escolaridade		Rendimento Nacional Bruto (per capita)		Índice de Desenvolvimento Humano		Proporção Homens/Mulheres
M	H	M	H	M	H	M	H	Indicador de Desenvolvimento de Gênero
56.5	53.6	2.4	4.3	1.04	1.21	0.390	0.443	0.881

Fonte: PNUD Human Development Report 2015

Quanto ao acesso à educação, no geral, nota-se um aumento do número de estudantes em todos os níveis entre os anos 2000 e 2014. Isso deve-se a um maior reconhecimento pela coletividade, principalmente nas zonas urbana, dos benefícios da educação e medidas por parte do governo que tornaram o ensino mais acessível. Mesmo a discrepância de gênero sendo forte, como pode-se perceber na tabela 3, há um aumento da presença feminina em todos os níveis de ensino.¹²⁸ De modo geral, as mulheres adultas possuem menos tempo para dedicar à própria educação devido à sobrecarga de trabalho somada às tarefas domésticas¹²⁹.

¹²⁷ A porcentagem de mulheres no setor informal é maior que a de homens e, em sua maioria, é o único meio de sobrevivência delas. A autora destaca que no comércio informal os homens são maior número na categoria “empregadores”, enquanto as mulheres trabalham por conta própria. O uso de dados antigos deve-se à ausência de dados mais atuais. Ver: MAPOSSE, Adelina Hercília Sete. **O Papel do Comércio Informal na Ocupação da Força de Trabalho em Moçambique**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em População e Desenvolvimento, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011, p. 36.

¹²⁸ Entre 2000 a 2014: para o 1º ciclo do Ensino Primário aumentou 2,4% para mulheres e 2,1% para homens; para 2º ciclo do Ensino Primário aumentou 3,8% e 3,2% respectivamente; para o 1º ciclo do Ensino Secundário aumentou 7,0% e 5,9% respectivamente; no Ensino técnico profissional houve o aumento significativo de 37,0% e 14,3% respectivamente; e finalmente no Ensino superior 17,0% e 11,8%, respectivamente. O uso de dados do ano de 2014 deve-se à ausência de dados mais atuais. Ver: Perfil de Gênero de Moçambique, 2016, p. 18.

¹²⁹ Sobre a Alfabetização e Educação de Adultos, Sevene conclui em seu trabalho que a educação é um fator imprescindível para o empoderamento da mulher e, no caso estudado, é a que mais adere à iniciativa acreditando na melhoria de qualidade de vida. Poder fazer a gestão dos gastos da família, por exemplo, proporciona autonomia e perspectiva de planos para o futuro. Ver: SEVENE, Elisa Alfredo. **Análise do Papel da Educação de Adultos para o Empoderamento da Mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação de Adultos, Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2016, p. 77-78.

TABELA 3: Taxa de analfabetismo por gênero e província (em porcentagem)

	Total	Homens	Mulheres
Urbana	23.1	14.0	31.4
Rural	56.6	39.1	71.6
Niassa	58.0	42.6	72.4
Nampula	56.0	40.5	71.2
Zambézia	53.9	34.3	71.9
Gaza	32.4	19.3	40.7
Maputo Cidade	9.5	4.7	13.7

Fonte: IOF 2014/2015

As questões tratadas no primeiro capítulo a respeito das tradições envolvendo os rituais de iniciação e o lobolo, recorrente em grande parte dos grupos etnolinguísticos, podem auxiliar na análise dos indicadores acima. A criança fêmea é designada ao gênero feminino ao nascer, de acordo as categorias da colonialidade/modernidade e às práticas tradicionais, duplamente refém dos papéis de gênero impostos pelo seu contexto. A partir de sua primeira menstruação ela é isolada do grupo, e forçada a abandonar a escola para aprender a cumprir seu papel de mulher na sociedade. À medida que nos rituais de iniciação ela é ensinada por um grupo de mulheres adultas a ser submissa nas tarefas do lar e proporcionar prazer sexual ao futuro marido, a criança é privada do seu direito básico de frequentar a escola e viver uma infância saudável.

O casamento forçado infantil e gravidez precoce também podem ser entendidos como consequência dessas práticas tradicionais que afetam as crianças do gênero feminino, por reforçarem os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho, elementos da sociedade patriarcal moçambicana. Esses costumes estão presentes tanto no meio rural quanto urbano, mas não são similares em todo o território, podendo variar de acordo com o grupo étnico e/ou região do país.

Nota-se, de acordo com a tabela 3, que a província do Niassa possui a maior porcentagem de analfabetismo, além de registrar os mais altos índices de desistência escolar para ambos os gêneros aliado ao maior número de uniões forçadas. Além disso, sendo a Zambézia a província mais pobre do país, registra-se que a diferença na taxa de analfabetismo

é mais acentuada entre homens e mulheres, afinal dá-se preferência ao trabalho em detrimento da educação. Os homens são um pouco mais incentivados a continuar a educação, já que as famílias entendem que é ele o provedor.

No que diz respeito à saúde, Moçambique demonstra algumas melhorias. Por exemplo, na revisão no Código Penal de 2014, houve a legalização do aborto dentro das doze primeiras semanas de gravidez para “evitar perigo de morte ou grave lesão física, psíquica ou mental da mulher”¹³⁰, nas dezesseis semanas se a gravidez for resultado de estupro ou incesto, e nas vinte e quatro semanas caso detectada doença grave ou má formação congênita. Contudo, logo após os ritos de iniciação, as meninas estão sujeitas ao risco de gravidez prematura e contração de doenças sexualmente transmissíveis¹³¹, sendo que a negociação pela relação sexual segura é muito difícil para a mulher devido à sociedade patriarcal machista.

Em termos de cuidados da saúde da mulher, em 32% dos casais heterossexuais é o esposo que toma decisões, em 22% é a esposa e em 46% ambos decidem juntos sobre a saúde e o corpo da mulher. O poder de decisão das mulheres sobre seu corpo está diretamente relacionado ao nível de educação e independência econômica das mesmas, incluindo-se aqui o uso de métodos contraceptivos e métodos de planeamento familiar¹³². Existem muitos obstáculos no sentido de infraestrutura e qualidade dos serviços prestados, além da desigualdade no acesso para as mulheres da zona rural e entre as províncias.

Os planos e estratégias nas áreas citadas anteriormente sobre a questão de gênero tiveram resultados positivos, mas insuficientes para o que é preciso subverter a ordem dos papéis de gênero na sociedade. O compromisso pela igualdade foi assumido pelo Governo moçambicano. Em 1955 o Governo instituiu o Ministério do Gênero, Criança e Acção Social (MGCAS) com atribuições de “promoção da igualdade e equidade do Género no desenvolvimento econômico, social, político e cultural”.¹³³ O MGCAS enfrenta dificuldades por conta de recursos insuficientes para a questão de gênero, pois a nível distrital as questões das áreas da Saúde e Acção Social se sobressaem em detrimento da promoção do empoderamento da mulher.

Outro instrumento do Governo é o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM) como órgão autônomo, com espaço nas instalações do MGCAS. Ao nível das províncias e distritos é representado pelos Conselhos Provinciais (CPAM) e Conselhos

¹³⁰ Perfil da Gênero de Moçambique, 2016, p. 21.

¹³¹ A maior taxa de diagnósticos de HIV e AIDS é nas mulheres e meninas entre 15 e 24 anos, e a AIDS representa a primeira causa indireta de mortalidade materna. A transmissão heterossexual é responsável por 90% das novas infecções, que crescem mais a cada dia em Moçambique.

¹³² Perfil de Gênero de Moçambique, 2016, p.23.

¹³³ 2016, p. 47.

Distritais para o Avanço da Mulher. Esse sistema oferece respaldo da sociedade civil ao Ministério nas propostas de políticas que combatem as injustiças de gênero.

Finalmente, acerca do acesso da mulher aos órgãos de tomada de decisão, o país expressa avanços notáveis. Na tabela 4 pode-se observar que a nível mundial a proporção de mulheres no parlamento em 2017¹³⁴ de Moçambique destaca-se estando acima de Portugal e sendo a única ex-colônia portuguesa entre os 15 primeiros países, seguido de Angola em 19º posição.

Esta tabela é interessante, pois mostra Moçambique à frente de diversos países europeus além de Portugal, como a Noruega e a Bélgica, mas também (em ordem decrescente) a Espanha, Dinamarca, Países Baixos, Suíça, Itália, França, etc. Todos os países citados encontram-se entre os 30 primeiros na colocação mundial de IDH do ano de 2015, exceto por Portugal que se encontra em 41º posição.

TABELA 4: Ranking de Mulheres no Parlamento em 2017

Posição	País	% de M	Posição	País	% de M
1º	Ruanda	63,8	16º	Espanha	39,1
2º	Bolívia	53,1	17º	Dinamarca	37,4
3º	Cuba	48,9	18º	Países Baixos	37,3
4º	Islândia	47,6	19º	Angola	36,8
5º	Suécia	43,6	20º	Argentina	35,8
6º	Senegal	42,7	21º	Portugal	34,8
7º	México	42,4	22º	Uganda	33,5
8º	África do Sul	41,8	23º	Costa Rica	33,3
9º	Equador	41,6	24º	El Salvador	32,1
10º	Finlândia	41,5	25º	Suíça	32

¹³⁴ A partir dos dados de 138 países (tabulados pelo Banco Mundial), o Projeto Mulheres Inspiradoras realizou análises dessas informações que indicam o percentual de mulheres no Parlamento desde 1990 até o mês de dezembro de 2016. Ver: MARLENE CAMPOS MACHADO (Org.). **Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017**. [s. L.]: Senado Federal, 2017, p. 4.

11°	Namíbia	41,3	26°	Argélia	31,6
12°	Nicarágua	41,3	27°	Zimbábue	31,5
13°	Moçambique	39,6	28°	Nova Zelândia	31,4
14°	Noruega	39,3	29°	Tunísia	31,3
15°	Bélgica	39,3	30°	Camarões	31,1

Fonte: Adaptado de Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017

Em 2009 o Conselho de Ministros aprovou o documento Estratégia de Género na Função Pública (EGFP)¹³⁵, que certamente influenciou no aumento da participação feminina na política sendo uma estratégia de promoção dos direitos humanos, com foco

na orientação e formação profissional, no ingresso, na promoção e na progressão na carreira, no acesso a postos de direção e chefia, nas condições de trabalho, e na conciliação da atividade profissional e com a vida familiar, fazendo da Função Pública um exemplo de boas práticas que possa ser replicado noutros sectores da sociedade.

A classificação da tabela 4 é importante e gera otimismo, mas é preciso levar em consideração que mesmo presentes na vida política do país, ainda não há igualdade de fato. Em várias instâncias de tomada de decisão a mulher está frequentemente abaixo em termos de hierarquia, resultando numa remuneração inferior à dos homens e dificuldade em validar suas agendas. No entanto, a partir de 2009 observa-se um aumento da presença feminina nos níveis mais altos da tomada de decisão (tabela 5), consequência direta da EGFP.

TABELA 5: Indicadores de gênero em postos de tomada de decisão, 2004, 2009 e 2014.

Órgão	2004				2009				2014			
	M	H	T	%M	M	H	T	%M	M	H	T	%M
Órgão Executivo												
Ministros	4	22	26	15,3	7	20	27	25,29	8	20	28	28,6
Vice-Ministros	3	15	18	13,3	6	15	21	28,5	5	21	26	20
Governadores	0	11	11	0	2	9	11	18,1	4	7	11	36
Secretarias												
Permanentes	2	15	17	11,7	7	16	23	31,5	9	16	25	36
Ministeriais												
Secretarias												
Permanentes	0	0	0	0	5	6	11	45,4	6	5	11	54,5
Provinciais												

¹³⁵ Conselho de Ministros. **Estratégia de Género na Função Pública: 2009-2013**. Maputo, 2009. 40 p

Directores Provinciais	12	130	142	8,4	34	130	164	20,7	42	160	102 ¹³⁶	41
Administradores Distritais	17	111	128	13,2	24	106	130	18,4	26	102	128	20
Chefes dos Postos Administrativos	10	288	298	3,3	43	244	287	14,9	61	298	350 ¹³⁷	15

Fonte: Adaptado de Relatório de Moçambique Beijing+20 (2014)

Em suma, nos últimos anos o acesso para a mulher moçambicana ao mercado de trabalho, à saúde, educação e órgãos de decisão do governo tem evoluído, assim como o compromisso do Governo de Moçambique. Os grandes obstáculos enfrentados estão entrelaçados com problemas típicos de um país em desenvolvimento de condição periférica no sistema capitalista mundial, como a pobreza extrema e falta de infraestrutura e recursos do Governo para colocar em prática as estratégias para o desenvolvimento. Afinal, o fato de terem mais acesso às posições de poder não significa que defendam necessariamente uma agenda feminista no Parlamento ou que não sofram discriminação dos colegas de partido ou da sociedade civil.

Mesmo diante dessas adversidades, a mulher moçambicana luta cotidianamente para a melhoria de sua condição social e pela conquista de direitos. Assim, o próximo tópico explora os significados da LALN para a expansão do movimento feminista e ativismo na sociedade moçambicana e para a luta internacional pela igualdade de gênero.

4.2. OS SIGNIFICADOS DA LUTA ARMADA PARA A EXPANSÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

O sentido que se atribui à presença feminina nos movimentos de libertação nacional, e suas consequências para a sociedade atual, estará necessariamente atrelado ao lugar de fala do/a pesquisador/a. Não existe consenso ou equação simples nessa tentativa de análise, pois não trata-se necessariamente de uma relação de causa e consequência. Sendo assim, admite-se, no mínimo, a contribuição desse momento histórico específico para o imaginário do povo moçambicano em termos de representatividade e identidades, além do entendimento de que com essa primeira quebra de normas e padrões heterossexuais racistas que determinam os papéis de gênero, inúmeras possibilidades e expectativas apresentam-se.

¹³⁶ O total correto da soma é 202, logo a percentagem de mulheres é de 20,7% ao invés de 41%.

¹³⁷ O total correto da soma é 359, logo a percentagem de mulheres é de 17% ao invés de 15%.

Pode-se dizer que a atuação das mulheres na LALN impactou positivamente em múltiplos sentidos a realidade da mulher moçambicana contemporânea. A mobilização espontânea por parte delas na luta contra o colonialismo, mesmo antes da Luta Armada, comprova a sua capacidade em envolver-se nas questões de interesse da comunidade, aspirando recuperar a sua liberdade e a de seu povo. Este primeiro episódio contesta prontamente a concepção europeia de uma África, substantivo feminino, passiva diante da colonização, para em seguida negar a própria ideia da divisão polarizada dos papéis atribuídos ao “feminino” e “masculino”. Afinal, ser mulher e envolver-se na vida pública seria considerado no passado uma aberração dentro da estrutura patriarcal capitalista, e o reconhecimento e negação do sistema é o primeiro passo para a descolonização das mentes.

O primeiro efeito em termos de igualdade de gênero foi o aprendizado político durante a LALN¹³⁸. As mulheres do DF receberam ademais do treinamento militar, um treinamento político segundo a ideologia da FRELIMO. Para muitas, isso apontou a necessidade inicial de alfabetização, já que o grupo era composto majoritariamente de mulheres das zonas rurais, mais pobres e que tiveram o acesso à educação negado pelo colonizador português. Em seguida, a orientação ideológica socialista da Frente possibilitou para a mulher ocupar um espaço dentro do movimento, como menciona Casimiro¹³⁹:

A mulher deu um contributo fundamental para o avanço da luta, visível no seu envolvimento em novas tarefas, dentro do princípio socialista então prevalecente, de que a libertação da mulher seria possível pela sua integração no trabalho social.

Ainda sobre a mulher na luta armada, a autora expõe que essa participação

obrigou a um repensar sobre o seu papel na sociedade, sobre as relações sociais com os homens e sobre o tipo de sociedade a edificar. Talvez seja este um dos motivos por que, apesar da situação de discriminação de que a mulher ainda é vítima, Moçambique ser o primeiro país em África, em termos de percentagem de mulheres no Parlamento, 28% [em 1999], e um dos poucos a ter inscrito a dimensão de gênero no Programa do Governo, saído das Eleições multipartidárias de 1994.

Apropriar-se da Luta Armada pela conquista de seus direitos, nesse espaço historicamente reservado ao “masculino”, implica no deslocamento radical das normas de gênero e do que se espera de uma mulher. Como se apresentou no primeiro capítulo, a experiência das mulheres nas zonas libertadas e nos acampamentos fez com que elas contestassem a ordem interna da organização, depois de haverem contestado a ordem da sociedade do colonizador e das tradições moçambicanas. Segundo Casimiro isso “delineou as concepções, compromissos e lealdades, as dinâmicas de luta pela libertação da mulher em

¹³⁸ CASIMIRO, 1999.

¹³⁹ CASIMIRO, 1999, p. 190.

Moçambique”¹⁴⁰. O fato de fazer parte da construção da nova nação e da democracia desafiou a regra de que a mulher pertence somente ao âmbito privado.

A despeito de discordâncias internas sobre o tema, o partido Frelimo apossou-se da imagem das guerrilheiras do DF como forma de propaganda da organização. Fala-se do DF como se a emancipação tenha sido ofertada às mulheres e concluída com sucesso. Há pouco espaço para autocrítica, pelo menos publicamente, das dificuldades enfrentadas pelas combatentes durante o período, seja em relação aos colegas homens, seja no seio da organização junto aos líderes. É preciso, então, evitar essa visão romantizada de que o DF da FRELIMO foi uma experiência de igualdade plena entre homens e mulheres, e reconhecer que os obstáculos foram vencidos corajosamente por suas integrantes através de denúncias e contestações.

Quando se fala de igualdade de gênero na sociedade moçambicana, encontram-se muitos/as aliados/as para a causa. Aos 50 anos da fundação do DF da FRELIMO em 2017 o atual Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, discursa:¹⁴¹

O Governo continuará a priorizar a igualdade de género e a promoção da equidade para o alcance dos objetivos programáticos. A experiência do Destacamento Feminino provou que, sem a inclusão da mulher, as possibilidades do sucesso e sustentabilidade dos ganhos desta governação serão mitigadas.

O apoio do líder da democracia moçambicana é importante, afinal, segundo Casimiro¹⁴²:

a luta revolucionária não significa o fim da luta, mas sim uma das suas etapas, a qual avançará na medida em que o impulso inicial for alimentado permanentemente pelos protagonistas da história.

No entanto, não só no âmbito do Governo encontra-se apoio, pois se observa na sociedade civil o surgimento de diversas organizações e formas de ativismo em prol da melhoria da condição da mulher na sociedade. No próximo tópico, abordar-se-á as duas modalidades de militância.

4.3. ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS FEMINISTAS QUE SURGEM NO PÓS-INDEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS QUE ENCONTRAM

Neste tópico serão brevemente abordadas as organizações e movimentos feministas do período pós-independência, lideradas por mulheres moçambicanas em prol da igualdade de

¹⁴⁰ CASIMIRO, 1999, p. 40.

¹⁴¹ CONGRESSO DA FRELIMO: UNIDADE, PAZ E DESENVOLVIMENTO, 2017, Maputo. **Filipe Nyusi Enaltece o Papel do Destacamento Feminino**: Na celebração dos 50 anos da organização. Maputo: Frelimo, 2017. 12 p.

¹⁴² CASIMIRO, 1999, p. 230.

gênero, que são mais expressivas em número de associadas, além de impacto na sociedade civil e internacional. Por ordem cronológica de formação, as seguintes organizações serão apresentadas: a Organização da Mulher Moçambicana, a União Geral das Cooperativas Agropecuárias, o Gabinete da Esposa do Presidente da República, a Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento, o Fórum Mulher e a Associação Moçambicana da Mulher e Educação.

A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi fundada ainda durante a Luta Armada com a tarefa de mobilizar as mulheres do país para a luta e reproduzir a experiência de emancipação do DF. Hoje é uma organização estreitamente alinhada ao partido e é entendida como “uma organização de mulheres do partido Frelimo, com o objetivo de integrar as mulheres na vida política, econômica, social e cultural”.¹⁴³ A integração da mulher nas atividades econômicas do país seria a chave para sua emancipação e desenvolvimento de Moçambique, em concordância com a ideologia marxista-leninista do partido a partir de 1977.

A maior dificuldade da OMM enquanto organização de massas foi a de formular estratégias dentro do entendimento de que mulher não é uma categoria única, sendo as mulheres moçambicanas também indivíduos compostas em camadas que sobrepõe-se entre classe social, raça, sexualidade, identidades, etnias, etc., e suas necessidades variando com o tempo. A falta de diálogo com as mulheres das zonas rurais, mesmo aquelas participaram do DF por não terem formação, destaca o caráter elitista da organização que se apoia na burocracia, afastando do fórum as mulheres que pertencem a outros estratos da sociedade¹⁴⁴. Essas questões são mais tarde, e até certo ponto, reconhecidas e debatidas na Conferência Extraordinária de 1982-84, com a mobilização da sociedade sobre o tema da emancipação.

Por sua vez, em 1980 surge a União Geral das Cooperativas Agropecuárias (UGC), que não se define como organização de mulheres, mas que é composta por 98% de mulheres do total de 5.500 membros/as. Em sua maioria mães solteiras ou que têm maridos trabalhando nas minas de África do Sul, encaixam-se no perfil de mulheres agricultoras sem emprego formal, e por si próprias, sem educação formal e de certa idade¹⁴⁵. A UGC surge após apelo de Samora Machel para criar-se Machambas¹⁴⁶ do Povo com o objetivo de produzir alimento suficiente para a população das cidades.

Apesar de ter surgido com o apoio da FRELIMO e OMM, observa-se um distanciamento significativo por ser formada de mulheres pobres e camponesas. Sabe-se ainda

¹⁴³ CASIMIRO, 1999, p. 240.

¹⁴⁴ CASIMIRO, 1999, p. 245.

¹⁴⁵ CASIMIRO, 1999, p. 259.

¹⁴⁶ Em Moçambique: terreno para cultivo agrícola.

que “a renda média das camponesas cooperativistas membras da UGC é de cerca de 1,5 vezes superior ao salário mínimo do trabalhador”¹⁴⁷, fazendo-se a maior experiência cooperativa em Moçambique. Sobre a UGC, Casimiro relata¹⁴⁸:

As cooperativistas tomaram como ponto de partida o que tem sido a sua força: um certo grau de autossuficiência económica, a sua importância na manutenção da família, pelo menos em termos de produção de alimentos. Esta força económica é essencial para as mulheres que não a querem perder, por ser ‘uma coisa má para uma mulher’, uma vez que o poder do marido sobre a mulher pode aumentar sem essa força económica. Por outro lado, [...] significa também que, parte da vida produtiva da mulher é agora passada fora da instituição da família. Deste modo, ela toma decisões e dirige, o que tem sido o privilégio dos homens. **Adquire uma existência social como pessoa, em direito próprio e, não apenas como um simples membro da família, um apêndice do homem.** Nas cooperativas, as mulheres são produtoras e não esposas, o que contribui para a criação de novas relações de género na família.

Em seguida, tem-se no Gabinete da Esposa do Presidente da República (GEPR) uma instituição do Estado fundada em 1990. O orçamento designado ao GEPR é pequeno, porém ele recebeu apoio inicial do PNUD, da NORAD, da República Popular da China e da União Europeia. O Gabinete articula e coopera com outros GEPR em África, pelo Movimento Pan-Africano das Mulheres, em ações governativas, pelos Ministérios, e também por ONGs¹⁴⁹. As duas funções do GEPR são de apoiar a Esposa do Chefe de Estado no exercício das suas funções oficiais e na realização de iniciativas de carácter social e cultural que ela decida desenvolver.¹⁵⁰

Em 1996 o GEPR fundou a ONG chamada PROFAMÍLIA com a intenção de facilitar as atividades do Gabinete. Apesar de o nome remeter à manifestações de cunho conservador, a organização efetivamente pretende auxiliar as famílias desfavorecidas e que foram afetadas pela guerra em cooperação com outras ONGs, Governo e Ministros/as. Uma crítica da sociedade civil em relação à natureza do Gabinete, segundo Casimiro é

o facto de as suas dirigentes estarem ligadas às elites no poder. A *femocracia* é uma estrutura de poder feminino antidemocrático, que se proclama em defesa da mulher comum, mas que não a realiza na prática, por estar dominada por uma pequena elite de mulheres, cuja autoridade deriva mais do facto de estarem casadas com homens poderosos, do que pelas suas ideias e projectos libertadores. Este movimento tem-se aproveitado dos compromissos internacionais em prol duma igualdade de género, para servir os interesses desta pequena elite que reproduz e reforça o estado patriarcal e patrimonial¹⁵¹.

Já em 1991 tem-se a formação da Associação Moçambicana Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), a primeira ONG de direitos humanos do país, a partir de “uma rede regional Africana para a defesa dos direitos da mulher” envolvendo 15 países

¹⁴⁷ CASIMIRO, 1999, p. 261.

¹⁴⁸ CASIMIRO, 1999, p. 267, omissão nossa, grifo nosso.

¹⁴⁹ CASIMIRO, 1999, p. 281-283.

¹⁵⁰ GABINETE da Primeira Dama. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.mz/por/Presidencia/Gabinete-da-Primeira-Dama>>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁵¹ MAMA, Amina. Feminism or Femocracy?: State Feminism and Democratisation in Nigeria. **Afrique Et Development**, Dakar, v. 20, n. 1, p.37-58, 1995, p. 41.

africanos.¹⁵² A MULEIDE busca “promover o equilíbrio do género, o respeito pelos direitos humanos da mulher (em especial a mulher vulnerável) e a elevação do seu estatuto social” para “uma sociedade mais justa, que garanta a igualdade de direitos entre homens e mulheres, de oportunidade de acesso e controlo de recursos e poder”.¹⁵³

As áreas de trabalho da organização estão centralizadas em educação e divulgação legal, formação, assistência jurídica e aconselhamento psicológico, o direito à saúde, advocacia, estudos e pesquisa para a ação, além do trabalho com jovens.¹⁵⁴ Em sua forma de atuação, está dividida entre um grupo de membros/as que se dedicam à resolução de problemas em termos legais. Outro grupo que atua no terreno em contato próximo com a comunidade, utilizando-se de diversas ferramentas de resolução de conflitos, por meio de mediação e arbitragem, apelando a líderes respeitados/as de cada região, prezando pela tolerância e respeitando a diversidade durante as intervenções.

O Fórum Mulher (FM) é uma ONG de direito privado e sem fins lucrativos constituída em 1993 por uma rede de organizações da sociedade civil. Define-se por uma perspectiva feminista e tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres, fazendo vezes de mediadora entre sociedade civil e Estado. Defende a “luta por transformações de princípios e práticas socioculturais que inferiorizam as mulheres, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens”¹⁵⁵ e valoriza a diversidade cultural, étnica, político e religiosa. Fazem parte do FM:

mulheres e homens, organizações nacionais e internacionais, agências das Nações Unidas e de desenvolvimento de países diversos, organizações governamentais, ONG’s nacionais e internacionais, organizações religiosas, ligas femininas de partidos políticos, organizações de camponeses, de operários, de empresários, cooperativas e sindicatos.¹⁵⁶

¹⁵² A *Women in Law and Development in Africa (WILDAF)* é composta pelos seguintes países: Botswana, Lesoto, Suazilândia, Zimbábue, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Quênia, Uganda, Sudão, Nigéria, Senegal, Ghana, Costa do Marfim e Maurícias. CASIMIRO, 1999, p. 286.

¹⁵³ MULEIDE: Filosofia estratégica. Disponível em: <<http://www.muleide.org.mz/index.php/a-muleide/quem-somos/filosofia-estrategica>>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁵⁴ CASIMIRO, 1999, p. 293.

¹⁵⁵ FÓRUM Mulher: Quem Somos. Disponível em: <<http://forumulher.org.mz/quem-somos/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁵⁶ O Conselho de Direção (eleito na Assembleia Geral de 1997), é composto pelas seguintes organizações: Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica (AMMCJ); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA); Centro de Estudos Africanos (CEA/UEM); Centro de Formação Agrária, Ministério da Agricultura e Pescas (CFA/MAP); Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM). Mantém relações de trabalho e coordenação, no continente Africano, com: *FEMNET - African Women Development and Communication Network*, em Nairobi; *Z.W.R.C.N. - Zimbabwe Women’s Resource Centre and Network*, em Harare; *GETNET - Rede de Género*, em Cape Town; *WILDAF - Women in Law and Development in Africa*, em Harare; *UNIFEM - Fundo das Nações Unidas para a Mulher* - em Harare; *FAWE - Forum of African Women Educationalists* - em Nairobi. Tem 51 membros coletivos, que são os membros efetivos. CASIMIRO, 1999, p. 301-302.

O FM tem função importante no desenvolvimento social, económico e cultural do país, que deve passar pela participação da mulher entre outros grupos excluídos da sociedade. Possui por objetivos “contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres e as raparigas gozam do seu direito a uma vida livre de violência, exercem os seus direitos humanos, a sua autonomia económica e a sua cidadania” e “influenciar eficientemente as decisões políticas, as atitudes e os comportamentos na sociedade por um maior reconhecimento e observância dos direitos humanos das mulheres”.¹⁵⁷

Em 1994 nasceu a Associação Moçambicana da Mulher e Educação (AMME) a partir da vontade de um grupo de pessoas da área da Educação de melhorar e valorizar a situação socioeconómica e profissional das professoras. Pelos índices do primeiro tópico do presente capítulo e principalmente pela situação em que encontra-se o país ao final da guerra de desestabilização, é de fato urgente o tema da desigualdade do acesso à educação entre mulheres e homens¹⁵⁸. Além disso, o grupo fundador tinha por objetivo conscientizar a sociedade “para a relevância da educação e da elevação do nível cultural das mulheres nos seus desempenhos, como fator estratégico para o desenvolvimento geral do país”.¹⁵⁹

A AMME é vinculada ao programa nacional de Educação da Rapariga do Ministério da Educação, em ação nas quatro províncias com maiores índices de analfabetismo e de desistência de meninas (Nampula, Sofala, Zambézia e Cabo Delgado). Também fez parte do programa “Todos Contra Violência” do Fórum Mulher em Maputo. No continente africano a organização mantém relações com a *Federation of African Women Educationalists (FAWE)*, com a Federação Internacional das Mulheres Empresárias e Executivas, além de possuir um acordo de cooperação com mulheres empresárias portuguesas para a realização do projeto “Tele 2.000”, coordenado pela AMME.¹⁶⁰

Convém ressaltar o carácter internacional da militância das organizações de mulheres moçambicanas, em especial o Fórum Mulher que

tem funcionado como uma rede que procura encontrar equivalências entre várias lutas democráticas, não apenas em Moçambique, mas noutras regiões do mundo, por forma a articular formas de luta pelos direitos humanos colectivos e de grupos, de democracia participativa, de autonomia institucional e igualdade, identidade cultural,

¹⁵⁷ FÓRUM Mulher: Missão & Valores. Disponível em: <<http://forumulher.org.mz/quem-somos/missao-valores/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

¹⁵⁸ De entre o seu grupo fundador encontram-se, por exemplo, Arlete Calane, M^a Alice Calane, Marcus Mapinguisa, Belmira Macucha, Francisca Samboco, Inês Mbanze, Ricardo Trindade, Guilhermina Macabi, M^a João Mongo, M^a Manuela Neves, Leontina dos Muchangos. CASIMIRO, 1999, p. 316.

¹⁵⁹ CASIMIRO, 1999, p. 317.

¹⁶⁰ Tecnologia que permite a transmissão de material de estudo para o ensino básico através de programas de TV e/ou apostilas.

expansão da liberdade contra o autoritarismo do Estado, ou contra a dominação cultural de massa, enfatizando o “empowerment”.¹⁶¹

Em suma, observa-se uma sociedade moçambicana agitada diante das injustiças e desrespeito aos direitos humanos da mulher, indignação materializada pelo surgimento de diversas organizações pensadas e geridas por mulheres. A experiência com o Destacamento Feminino e depois com a fundação da Organização da Mulher Moçambicana possibilitou uma articulação entre Governo e sociedade civil, que deparou-se com seus limites de diálogo diante da diversidade cultural e étnica ao longo do território. É certo que os desafios a serem enfrentados são enormes, principalmente de infraestrutura e recursos, além da resistência do sistema patriarcal colonial. No entanto, a capacidade de organização e cooperação das mulheres moçambicanas, e continente africano em geral, mostra-se poderosa diante das adversidades.

¹⁶¹ SANTOS, 1995, p. 266-267; MOUFFE, 1996, p. 105 apud CASIMIRO, 1999, p. 312.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de investigar a realidade da mulher moçambicana a partir de uma perspectiva de gênero e ótica pós/decolonial foi um desafio, pois pensar África e Gênero num contexto disciplinar que insiste em noções universalizantes para a interpretação das Relações Internacionais pode resultar em conclusões superficiais, romantizadas e que invisibilizam a experiência da mesma mulher. Ao longo da pesquisa, no entanto, percebe-se a realidade muito mais complexa de uma população plural em sua composição multiétnica, multilinguística, intercultural e que ainda alimenta certo dinamismo em suas relações com o internacional.

Conforme proposto, atingiram-se os objetivos específicos do primeiro capítulo ao tratar dos aspectos tradicionais da sociedade moçambicana quanto à questão de gênero, nomeadamente nos rituais de iniciação e de casamento através do lobolo. Esse estudo foi essencial para situar a mulher moçambicana em seu contexto sociocultural, visto que os rituais estão presentes no cotidiano da maioria das pessoas. Pensar o patriarcado africano como elemento que se entrelaça ao capitalismo patriarcal europeu é importante para equilibrar as “acusações”, afinal nem todas as discriminações presentes na sociedade colonizada podem ser justificadas pela colonização.

Quanto à atuação na LALN, a mulher moçambicana não tem uma postura de submissão e passividade diante de sua condição na sociedade colonizada. Mesmo que existam diversos desafios a serem enfrentados no que toca a luta pela igualdade de gênero, ela é capaz de mobilização e transformação das tradições do patriarcado africano e europeu. Provou-se, durante a pesquisa, que o fato de pegar em armas e lutar pela construção da nova nação livre do colonialismo permitiu um aprendizado político único pertencente àquele momento histórico.

É preciso levar-se em consideração que a luta revolucionária não significa o fim da revolução, inclusive em outros países colonizados pelas potências europeias ou que viveram algum tipo de experiência socialista. A reflexão a ser feita, neste momento, é se os desafios enfrentados pelas feministas moçambicanas são desafios simplesmente por se situarem em África ou por tratar-se de um país em desenvolvimento, à margem do sistema capitalista global e fruto da exploração colonial que durou séculos. Afinal, mesmo nos estudos atuais sobre desigualdades, persiste essa tendência de reforçar a representação de África como um continente problemático e sem esperanças, ao invés de situar os países no sistema internacional e em seu próprio contexto histórico.

Um fator não previsto pelas lideranças da FRELIMO foi a guerra de desestabilização que se seguiu à independência. O conflito civil prolongou-se por 15 anos entre o partido e a RENAMO, refletindo no território nacional a disputa global polarizada pelo poder. De toda forma, as protagonistas do DF e de outras organizações estavam, em sua maioria, cientes dos desafios que teriam de enfrentar após a independência na gestão do aparelho estatal.

Quanto aos paralelos realizados entre os Destacamentos Femininos da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC, a conclusão é que o DF da FRELIMO destacou-se. Afinal, havia certo consenso no seio do partido de que a luta pela libertação da nação seria possível somente se travada simultaneamente a luta pela igualdade de gênero. Em Angola, por exemplo, que possuía um contingente feminino considerável, a vivência da combatente angolana foi negligenciada pela memória da revolução.

Em comparação com os homens, as mulheres moçambicanas continuam a ter menos acesso à educação, com os níveis de analfabetismo mais altos, menos acesso à saúde e menos poder de decisão sobre seu próprio corpo. Estão presentes em grande quantidade no mercado de trabalho, especialmente no setor informal. No entanto, não leva-se em consideração o trabalho doméstico e sua jornada dupla, que resulta em menos tempo para dedicar-se aos estudos e, por isso, possui um salário inferior se comparado ao do homem. Existe também a grande desigualdade nos índices em relação às mulheres urbanas e as rurais, que estão notadamente em desvantagem.

Mesmo assim, registra-se lentamente uma melhora na qualidade de vida da mulher, resultado do ativismo feminista e da cooperação internacional em defesa dos direitos humanos das mulheres. O Governo se vê pressionado e concebe políticas públicas que promovem os direitos da mulher, impactando positivamente em vários setores da sociedade. O mais marcante é o aumento de participação na política, além da ascensão hierárquica para os cargos de tomada de decisão.

Com o auxílio teórico das feministas negras africanas e da diáspora, pôde-se abordar a interseccionalidade entre raça e gênero sem cair na lógica silenciadora dos feminismos hegemônicos. Esse escopo teórico permitiu também pensar a mulher subalternizada e sua capacidade de agência no âmbito das Relações Internacionais. Resgatou-se o conceito de sociedade civil global, pelo qual se pode analisar a atuação de mulheres nas Organizações Internacionais, ONGs, conferências internacionais, das quais as moçambicanas fazem parte ativamente conforme apresentado no terceiro tópico do último capítulo.

Sendo assim, a hipótese de que a mulher moçambicana possui agência para transformar a sua realidade e contexto, tanto no período da descolonização quanto nos dias

atuais pôde ser confirmada. Ou seja, mulher moçambicana possui autonomia intelectual e capacidades materiais para conduzir a revolução paralelamente à luta pela igualdade de gênero, mesmo que para tal tenha que encarar dificuldades específicas de seu contexto sociocultural e econômico.

O protagonismo das mulheres na LALN pode ser considerado como um primeiro passo, uma experiência inicial, em direção à luta pela igualdade de gênero em Moçambique. Porém, a revolução não se faz em um dia e a luta pelos direitos das mulheres é um processo. Em Moçambique essa luta continua sendo pensada e liderada por mulheres corajosas e resilientes que enfrentam destemidamente os desafios de repensar a democracia moçambicana inserida no contexto do sistema capitalista mundial e, ao mesmo tempo, reescrever a sua história e a de seu país a partir de sua própria vivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Paula Lucía. A feminização da pobreza: conceitualizações atuais e potencialidades analíticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan. 2011. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802011000100015/17725>>. Acesso em: 10 mai. 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100015>.
- ARAÚJO, Kelly Cristina Oliveira de. Um breve balanço da influência russo-soviética na África Austral: (1919 a 1975). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Snh, 2015. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427579787_ARQUIVO_Umbalancodainfluenciarusso_africa_Kelly_Araujo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- BARROSO, Marta. “**Não foi só o homem que libertou Moçambique**”, diz Geraldina Mwitú. 2015. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/1BdWh>>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do estado-nação em Angola: o Caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 25, p.72-87, jul. 2016.
- BETTS, Raymond F.. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 353-373. Revisão de A. I. Asiwaju.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu. **África sob dominação colonial: 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 1-22.
- CABAÇO, José Luíz de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Doi: 10.11606/T.8.2007.tde-05122007-151059. Acesso em: 11 abr. 2018.
- CASIMIRO, Isabel Maria. **Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique**. Coimbra, 1999.
- _____. **Repensando as relações entre mulher e homem nos tempos de Samora**. 2001. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2017/08/SAMORA-e-o-Género-II-2001.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978. 69 p. Prefácio de: Mário de Andrade.
- CÉSAR, Nilza A. T. et al. Investigando o impacto dos ritos de iniciação no acesso à educação e formação de crianças e adolescentes: o caso da Alta Zambézia. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, Maputo, v. 1, p.48-62, 2014.
- CHARLES, Arlindo José; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **Cartografia Histórica da África: Mapa cor de Rosa**. Paraty: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.

Disponível em:

<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CHARLES_ARLINDO_E_SA_LUCILE_NE_ANTUNES.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Cidália Chauque Oliveira (Org.). **Perfil de Género de Moçambique**. Maputo, 2016. 65 p.

COMO a história de africanas instiga a repensar o papel da mulher na sociedade. 2016.

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2016/03/04/como-a-historia-de-africanas-instiga-a-repensar-o-papel-da-mulher-na-sociedade/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

CONCERNING Violence. Direção de Göran Olsson. [estados Unidos]: Sundance Film Festival, 2014. (89 min.).

CONGRESSO DA FRELIMO: UNIDADE, PAZ E DESENVOLVIMENTO, 2017, Maputo. **Filipe Nyusi Enaltece o Papel do Destacamento Feminino**: Na celebração dos 50 anos da organização. Maputo: Frelimo, 2017. 12 p.

Conselho de Ministros. **Estratégia de Género na Função Pública**: 2009-2013. Maputo, 2009. 40 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

DAWSON, Michael C.. **The Future of Black Politics**. 2012. Disponível em:

<<http://bostonreview.net/forum/future-black-politics-dawson>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDO, Emídio. **"As mulheres, nas guerras, tinham de lutar duas vezes"**. 2016.

Disponível em: <<http://novagazeta.co.ao/?p=5352>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FIGUEIREDO, Angela; GOMES, Patrícia Godinho. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.909-927, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>.

FORÇAS Armadas de Defesa de Moçambique: A integração que libertou a mulher. A integração que libertou a mulher. 2014. Disponível em:

<<http://jornalnoticias.co.mz/index.php/pagina-da-mulher/23788-forcas-armadas-de-defesa-de-mocambique-a-integracao-que-libertou-a-mulher>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FURQUIM, Fabiane Miriam. A permanência do lobolo e a organização social no Sul de Moçambique. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 25, p.5-15, jul. 2016.

FÓRUM Mulher: Missão & Valores. Disponível em: <<http://forumulher.org.mz/quem-somos/missao-valores/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

FÓRUM Mulher: Quem Somos. Disponível em: <<http://forumulher.org.mz/quem-somos/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GABINETE da Primeira Dama. Disponível em:

<<http://www.presidencia.gov.mz/por/Presidencia/Gabinete-da-Primeira-Dama>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. **Africa Development**, Dakar, v. 41, p.71-95, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro, 1988.

IGLÉSIAS, Olga. África, a Mulher Moçambicana e a NEPAD. **Campus Social**, Lisboa, p.133-151, 2018.

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880 -1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 191-218.

KILOMBA, Grada. Gendered Racism. In: KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. 2. ed. Munich: Unrast, 2010. Cap. 4. p. 53-63.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 4, p.935-952, dez. 2014.

MACIE, Joana. **45 ANOS DO DESTACAMENTO FEMININO: Sonho da Mulher está a concretizar-se**. 2012. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/02/45-anos-do-destacamento-feminino-sonho-da-mulher-está-a-concretizar-se.html>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MAMA, Amina. Feminism or Femocracy?: State Feminism and Democratisation in Nigeria. **Afrique Et Development**, Dakar, v. 20, n. 1, p.37-58, 1995.

MAPOSSE, Adelina Hercília Sete. **O Papel do Comércio Informal na Ocupação da Força de Trabalho em Moçambique**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em População e Desenvolvimento, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2011.

MARLENE CAMPOS MACHADO (Org.). **Ranking de Presença Feminina no Parlamento 2017**. [s. L.]: Senado Federal, 2017.

MELLO, Arnon de. **Portugal e as Colônias da África**. Brasília: Senado Federal, 1974. 65 p.

MENESES, Maria Paula. **Selina Simango: Primeira Presidente da Liga Feminina de Moçambique**. Coimbra: Universidade de Coimbra, [2016].

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 32, n. 94, p.01-18, 2017. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. Crioulidade, colonialidade e género: as representações de Cabo Verde. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.983-996, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p983>.

MPLA (Angola). **OMA: História.** Disponível em:

<<http://www.mpla.ao/oma.25/historia.27.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MPLA (Angola). **O Partido da Verdade, da Liberdade e do Povo.** Disponível em:

<<http://www.mpla.ao/mpla.6/historia.7.html>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MULEIDE: Filosofia estratégica. Disponível em: <<http://www.muleide.org.mz/index.php/a-muleide/quem-somos/filosofia-estrategica>>. Acesso em: 15 maio 2018.

O'CEALLAIGH, Liam. **When You Kill Ten Million Africans You Aren't Called 'Hitler'**.

2010. Disponível em: <<http://www.walkingbutterfly.com/2010/12/22/when-you-kill-ten-million-africans-you-arent-called-hitler/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

OLAS (Cuba). **Resolución de Solidaridad con Africa.** Havana, 1966. 128 p.

ONU, Assembleia Geral da. **Declaración sobre la concesión de la independencia a los países y pueblos coloniales.** 1960. Resolución 1514 (XV). Disponível em:

<[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1514\(XV\)&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r15_resolutions_table_eng.htm&Lang=S](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1514(XV)&referer=http://www.un.org/depts/dhl/resguide/r15_resolutions_table_eng.htm&Lang=S)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SOLON, Marina. **Entrevista com a escritora moçambicana Paulina Chiziane.** 2017.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2017/04/entrevista-com-a-escritora-mocambicana-paulina-chiziane.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

OSÓRIO, Conceição. **Os ritos de iniciação:** identidades femininas e masculinas e estruturas de poder. 2015. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/artigo/ritos/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

OSÓRIO, Conceição; MACUÁCUA, Ernesto. **Ritos de iniciação no contexto actual:**

Ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de género. Maputo: Maria José Arthur, 2013. 440 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO,

Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.:** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142.

RENAMO. **A Perdiz:** Boletim Informativo. 2017. Disponível em:

<<http://www.renamo.org.mz/Documentos/Perdiz/PERDIZ216.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

REYNALDO, Renata Guimarães. **Marcha Mundial das Mulheres:** Um enfoque

pós/decolonial sobre interseções e solidariedade no feminismo transnacional. 2016. 210 f.

Tese (Doutorado) - Curso de PPGICH, CFH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Cap. 5.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro Para Um Novo Marco Civilizatório.** In: Sur -

Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Eugenia. Rainhas, princesas e donas: formas de poder político das mulheres na África Oriental nos séculos XVI a XVIII. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 49, e174902, 2017.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2018. Epub 07-Dez-2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490002>.

SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. **A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970**. 2014. 437 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

SEVENE, Elisa Alfredo. **Análise do Papel da Educação de Adultos para o Empoderamento da Mulher na Escola de Alfabetização e Promoção da Mulher Social Flori**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação de Adultos, Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2016.

SOUSA, Glória. **Josina Machel: A combatente pela liberdade de Moçambique**. 2018. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/2uW9v>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, Cary;

GROSSBERG, Lawrence. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University Of Illinois Pres, 1988. p. 271-313.

_____. **In Other Worlds: Essays in Cultural Politics**. London: Routledge, 1988. 310 p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação Cidadã na Sociedade Civil Global. Lua Nova, nº 46. 1999, p. 135 – 168. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a07n46>>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

THE danger of a single story. Chimamanda Ngozi Adichie. [s.i.]: Ted Talks, 2009. (19 min.), Colorido. Disponível em: <<https://youtu.be/D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 20 out. 2017.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieve Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.

TORRES, A. (1991). **O império português entre o real e o imaginário**. Lisboa: Escher.

UNESCO. **África "portuguesa": la lucha por la independencia**. 1973. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000748/074894so.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

UZOIGWE, Godfrey N.. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010.

VIANA, Layla G. S. **O Pessoal é Internacional: Feminismo Negro e Relações Internacionais**. Brasília: Uniceub, 2016.

WABGOU, Maguemati. **Colonización y Descolonización en África y Asia en Perspectivas Comparadas**. 2012. Revista Astrolábio. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/2926>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

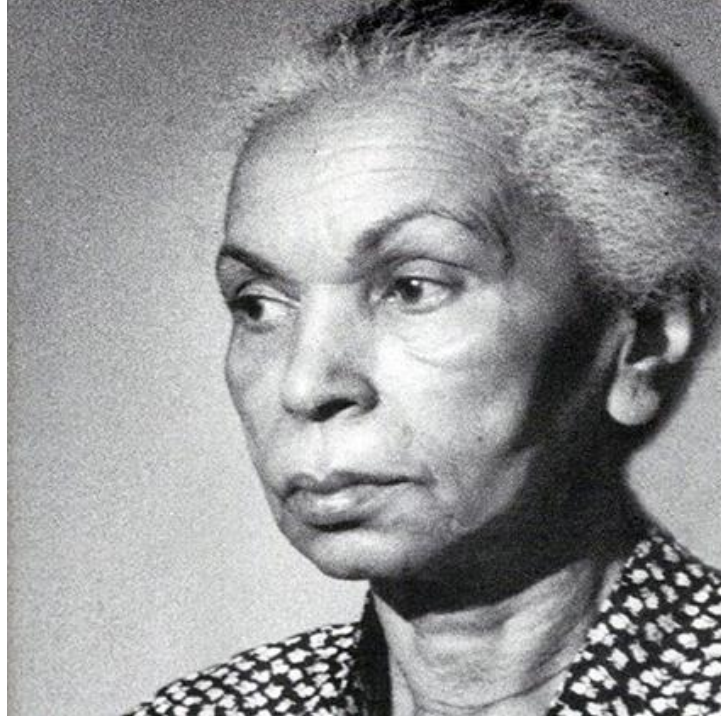
[s.l.]. **Assassinato de Eduardo Mondlane.** Disponível em: <<http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/Fundacao-da-FRELIMO/Assassinato-de-Eduardo-Mondlane>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

[s.l.]. **O I Congresso da FRELIMO e o início da Luta de Libertação Nacional:** Memórias da Luta de Libertação. 2015. Disponível em: <<http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Destaques/O-I-Congresso-da-FRELIMO-e-o-inicio-da-Luta-de-Libertacao-Nacional>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

[s.l.]. **Zonas Libertadas:** Memórias da Luta de Libertação. Disponível em: <<http://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Luta-de-Libertacao/Zonas-Libertadas>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ANEXO A

Figura 1 – Noémia de Souza, foi poetisa e militante moçambicana, nasceu em Maputo no ano de 1926 e faleceu em 2002 em Portugal.



Fonte: MENEZES, Bruna. **O Sangue Negro de Noémia de Souza**. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/o-sangue-negro-de-noemia-souza/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Figura 2 – Paulina Chiziane é escritora moçambicana, nasceu em Maputo no ano de 1955



Fonte: Otávio de Souza, 2008.

Figura 3 – Josina Machel foi guerrilheira do Destacamento Feminino da FRELIMO, nasceu em Inhambane no ano de 1945 e faleceu na Tanzânia em 1971.



Fonte: PLURAL EDITORES. **Josina Machel**. Disponível em: <<http://www.pluraleditores.co.mz/o-nosso-pais/personalidades/personalidade/ver/?id=33484>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Figura 4 – Marina Pachinuapa foi guerrilheira do Destacamento Feminino e hoje é militar da reserva moçambicana.



Fonte: FRELIMO. **Violência não tem nada a ver com emancipação**. Disponível em: <<http://www.frelimo.org.mz/frelimo/index.php/actualidade/noticias/item/1154-violencia-nao-tem-a-ver-com-a-emancipacao-diz-marina-pachinuapa-as-mulheres-mocambicanas>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Figura 5 – Geraldina Mwitú deu aulas de português nas bases da FRELIMO e foi combatente do Destacamento Feminino, nasceu em Mueda, ao norte de Moçambique.



Fonte: BARROSO, Marta. “Não foi só o homem que libertou Moçambique”, diz Geraldina Mwitú. 2015. Disponível em: < <http://p.dw.com/p/1BdWh>>. Acesso em: 23 abr. 2018.